



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A CATEGORIA GÊNERO: UM ESTUDO DOS  
PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DAS  
UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO**

**ANNA CAROLINA LUIZA DE OLIVEIRA**

Seropédica  
2020



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A CATEGORIA GÊNERO: UM ESTUDO DOS  
PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NAS  
UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO**

ANNA CAROLINA LUIZA DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Simone da Cunha Tourino Barros

Seropédica  
2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48f OLIVEIRA, Anna Carolina Luiza de, 1996-  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A CATEGORIA GÊNERO: UM  
ESTUDO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO  
SOCIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO /  
Anna Carolina Luiza de OLIVEIRA. - Seropédica, 2020.  
63 f.: il.

Orientadora: Simone da Cunha Tourino BARROS.  
Trabalho de conclusão de curso (Graduação). --  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço  
Social, 2020.

1. Serviço Social. 2. Gênero. 3. Formação  
Profissional. 4. Universidades Federais. 5. Rio de  
Janeiro. I. BARROS, Simone da Cunha Tourino, 1972-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Serviço Social III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANNA CAROLINA LUIZA DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Data: 13/11/2020

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Simone da Cunha Tourino Barros (Orientadora)  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

  
Fabrícia Vellasquez Paiva

Profa. Dra. Fabrícia Vellasquez Paiva  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Profa. Dra. Tatiane de Oliveira Pinto  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

À minha mãe por ser exemplo de força, garra, perseverança e amor. É uma honra ser sua filha.

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”*

(Rosa Luxemburgo)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me abençoar e proteger em todos os momentos de minha vida. À minha família materna por todo amor e apoio incondicional. Um agradecimento especial à mulher mais incrível que já conheci, ao meu amor, minha mãe, por todo cuidado, carinho e dedicação, pelas noites de sono perdidas e por estar ao meu lado em todas as minhas decisões. À minha tia-dinda-mãe-amiga, por me amar e me apoiar em todos os momentos, por toda diversão, vontades e sonhos realizados: te amo.

Aos meus irmãos, Ana Clara, Janyne e João Pedro, por serem os mais irritantes do mundo e por me mostrarem que apesar de todas as diferenças, sempre estaremos juntos. Ao meu ir-filho Pedro Lucas pelo amor mais puro que já vi e vivi na vida, você é a minha luz. Aos meus primos Yan, Maria, Bu e Bibi por toda a vida de cumplicidade e amor. Ao meu tio Jake por ser uma inspiração. Ao meu papi e tia Ana pelos momentos felizes. Ao meu padrasto, Ailton, por toda ajuda ao longo desses anos.

Ao Thiago, meu denço e amor da minha vida só posso agradecer pela paz, tranquilidade, força, paciência e otimismo ao longo desse processo, eu amo amar você. Minhas Namoradinhas e Manas, obrigada por toda diversão, leveza, força e apoio ao longo de todos esses anos. Aos meus avôs Tião e João por todo ensinamento. Às minhas irmãs de alma e coração, Grazi e Mari, pela vida inteira de amizade, companheirismo e amor.

Minha querida orientadora Simone, muito obrigada por toda dedicação, incentivo, otimismo constante e amizade; siga forte, ética, amável e verdadeira, você e a professora Fabrícia são exemplos de perseverança, lealdade e amor, sou grata por tudo. À primeira turma de Serviço Social da Rural por todas as trocas e por terem tornado essa jornada mais leve, desejo sonhos realizados, força e luz para todos. Às minhas amigas dessa longa caminhada: Gabi, Sue(s)laine, Marina e Flavinha por terem sido minha família e marcado meu crescimento pessoal e profissional; muito sucesso pra nós, amo vocês.

Ao Serviço Social por ter sido a causa de eu ter me tornado uma pessoa melhor e por reacender em mim a vontade de fazer a diferença em nossa sociedade a partir da defesa e garantia dos direitos humanos e sociais.

De todo o meu coração, o meu profundo agradecimento.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social  
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
ISP – Instituto de Segurança Pública  
MP – Ministério Público  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PPC – Projeto Pedagógico de Curso  
SP – São Paulo  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
UFAL – Universidade Federal de Alagoas

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo.....21

Gráfico 2 – Diferença salarial por área de atuação de homens e mulheres....26

Gráfico 3 – As principais profissões escolhidas pelas mulheres.....27

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições federais de ensino no Estado do Rio de Janeiro do curso de Serviço Social.....	38
Quadro 2 - Distribuição das Disciplinas de Gênero por Curso de Serviço Social das Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro.....	41
Quadro 3 - Vinculação, ementário e nome da disciplina de gênero no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.....	42
Quadro 4 - Bibliografia utilizada na disciplina “A questão de gênero no Brasil”.....	43
Quadro 5 - Vinculação, ementário e nome da disciplina de gênero no curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.....	45
Quadro 6 – Disciplinas Optativas de Gênero relacionadas ao curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.....	45
Quadro 7 - Vinculação, ementário e nome da disciplina de gênero no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.....	46
Quadro 8 – Bibliografia utilizada na disciplina “Relações de gênero no Brasil”.....	47
Quadro 9 – Bibliografia utilizada na disciplina “Gênero, raça e etnia”.....	48
Quadro 10 - Vinculação, ementário e nome da disciplina de gênero no curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.....	49
Quadro 11 - Bibliografia utilizada na disciplina “Relações de Gênero e Questão social”.....	50
Quadro 12 - Bibliografia utilizada na disciplina “Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social”.....	51

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo apreender a aproximação do Serviço Social com o debate sobre gênero, bem como, o mesmo se expressa na formação profissional dos estudantes dos cursos de Serviço Social das Universidades públicas federais do Rio de Janeiro. Para isto, realizamos as pesquisas bibliográfica e documental. No que tange a esta, mapeamos e analisamos os projetos pedagógicos dos cursos, de modo apreender a existência ou não de disciplinas obrigatórias e optativas sobre gênero, sua vinculação ao núcleo de formação profissional, principais autores utilizados e os períodos que são ofertadas. A partir do presente trabalho identificamos que a questão de gênero foi incorporada ao debate do Serviço Social tardiamente. Embora a questão de gênero tenha sido incorporada nas discussões das disciplinas dos cursos de Serviço Social, o debate ainda não é prioritário e temos um longo caminho a percorrer, como: tornar as disciplinas sobre gênero obrigatórias; pensar a possibilidade de serem ministradas simultaneamente quando o discente estiver realizando o estágio supervisionado; estender o debate a outras disciplinas. Por fim, estima-se que a partir do presente debate, seja possível compreender a importância que essa discussão tem para a formação profissional.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; Gênero; Formação Profissional; Universidades Federais; Rio de Janeiro.

## **ABSTRACT**

The present research had as objective to apprehend the approach of the Social Service with the debate on gender, as well, the same is expressed in the professional formation of the students of the courses of Social Service of the federal public Universities of Rio de Janeiro. For this, we carry out bibliographic and documentary research. With regard to this, we map and analyze the pedagogical projects of the courses, in order to apprehend the existence or not of mandatory and optional subjects on gender, their connection to the core of professional training, main authors used and the periods that are offered. From the present work, we identified that the gender issue was incorporated into the Social Service debate late. Although the issue of gender has been incorporated into the discussions of the disciplines of Social Work courses, the debate is still not a priority and we have a long way to go, such as: making subjects on gender mandatory; think about the possibility of being taught simultaneously when the student is doing the supervised internship; extend the debate to other disciplines. Finally, it is estimated that from the present debate, it is possible to understand the importance that this discussion has for professional training.

**Keywords:** Social Work; gender; professional qualification; Federal Universities; Rio de Janeiro.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. GÊNERO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: RESISTÊNCIAS E DESIGUALDADES .....</b>	<b>16</b>
1.1 MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: BREVE RESGATE.....	16
1.2 MULHER, TRABALHO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO.....	22
<b>2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERFACE COM A CATEGORIA GÊNERO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>29</b>
2.1 SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO DE MULHERES PARA MULHERES? .....	29
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	34
<b>3. DISCUTIMOS GÊNERO? ANALISANDO OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>40</b>
3.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) .....	42
3.2 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF - NITERÓI).....	44
3.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO).....	46
3.4 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ).....	49
3.5 REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DO GÊNERO NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL.....	53
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

Meu interesse pela temática de gênero iniciou a partir do momento em que ingressei como discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em sua primeira turma, no segundo semestre de 2015, sendo a primeira em uma universidade pública na baixada fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

No mesmo ano, fui alertada a tomar cuidado ao redor e na universidade, pois casos de estupro já haviam sido relatados por lá e dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) revelavam que “houve um aumento de pouco mais de 31% no número de registros de estupros na área que cobre Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados e Itaguaí” (G1, 2015). Com o relato desses casos e dados, comecei a me questionar o que a universidade fazia em relação a isso.

Em 2016, mais casos foram relatados e para minha surpresa de recém-chegada à universidade, percebi que as próprias alunas tomaram as rédeas da situação e começaram a cobrar da reitoria e da universidade em sua totalidade alguma posição e providência frente a esses casos.

Como forma de reivindicação, dezenas de estudantes se mobilizaram vestindo roupas pretas e batom vermelho (o preto em sinal de luto e o batom vermelho em defesa da liberdade feminina), sendo o ato chamado de “Me Avisar Quando Chegar”. Foi a primeira vez que participei de algo significativo em prol da vida das mulheres.

O “Me Avisar Quando Chegar” tornou-se um movimento de mulheres e segue lutando pelos direitos das mulheres na UFRRJ. Naquele período que, para mim, era o segundo período do curso, tivemos a disciplina obrigatória “Relações de Gênero e Questão social”, estimulando ainda mais o meu interesse pela temática de gênero.

Durante meu processo formativo, pude perceber que o Serviço Social é uma profissão majoritariamente feminina e possui um projeto ético político que visa à constituição de uma nova realidade social onde a sociedade possa viver de forma mais digna e igualitária. Isso fez com que meu interesse sobre o assunto aumentasse cada vez mais.

Ao ingressar nos campos de estágio, principalmente dentro da universidade na Divisão de Saúde, tive meu primeiro contato com dados oficiais sobre violência contra a mulher no ambiente universitário, a partir de um folheto de uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon com o apoio do Ministério Público (MP) de São Paulo (SP) entregue

por minha supervisora. Ao realizar a leitura, me fez questionar quando o Serviço Social começou a abordar as questões de gênero e quando a categoria percebeu a interface da questão de gênero com a profissão de Serviço Social e como a mesma vem debatendo o referido tema.

Frente a esta aproximação, vários questionamentos foram sendo elaborados: todas as universidades possuem uma disciplina de gênero? O debate da categoria gênero perpassa outras disciplinas? Qual objetivo das disciplinas que versam sobre gênero? A disciplina de gênero é optativa ou obrigatória?

Para responder as referidas questões, resolvemos realizar esta pesquisa objetivando mapear e analisar a disciplina de gênero nos projetos político pedagógico (PPC) dos cursos de Serviço Social das universidades públicas federais do Rio de Janeiro, no ano de 2020.

Cabe salientar que escolhemos as universidades públicas federais, pois queríamos verificar se todas possuíam uma disciplina de gênero obrigatória em seu PPC. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) também seria analisada no presente trabalho, porém o site do curso estava em manutenção e obtive a informação de que os dados só poderiam ser disponibilizados caso buscasse pessoalmente; porém, por estarmos em período de reclusão devido a pandemia de Covid-19, não foi possível coletar os dados da referida universidade, com isso, optamos por definir como objeto de estudo somente as universidades federais do Rio de Janeiro. Além disso, por ser uma pesquisa para elaboração de uma monografia de conclusão de curso, seria inviável a análise dos PPC das 17 universidades privadas do estado.

A relevância social da presente pesquisa se dá a partir da busca pela compreensão da importância dos estudos sobre gênero em uma profissão majoritariamente feminina, a fim de proporcionar visibilidade para a temática.

Acreditamos que o estudo contribuirá academicamente sobre a forma como pensamos a questão da desigualdade, a partir de um debate sobre a perspectiva de gênero nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, para a construção desta pesquisa utilizamos as pesquisas bibliográfica e documental; segundo Severino (2007a) a bibliográfica é aquela realizada a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições

dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Já a pesquisa documental é entendida por Severino (2007b) como

[...] fonte documentos no sem tido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2007, p.122).

Para realizar o terceiro capítulo fizemos uma pesquisa documental a partir da análise do PCC dos cursos de Serviço Social das Universidades Públicas Federais do Estado do Rio de Janeiro. Buscamos analisar o conteúdo das disciplinas de gênero nos PPC, de modo apreender a direção política dada a disciplina, seu ementário, a fundamentação teórica da categoria de gênero, se a mesma é transversal a outras disciplinas e as bibliografias utilizadas.

Para uma melhor exposição do tema, dividimos esta pesquisa em três (3) capítulos, assim distribuídos:

O primeiro capítulo foi denominado “*Gênero na sociedade capitalista: resistência e desigualdades*”, já, o segundo “*Formação Profissional do Serviço Social e sua interface com a categoria gênero: desafios e possibilidades na contemporaneidade*”, e o terceiro “*Discutimos gênero? Analisando os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do Rio de Janeiro*”.

O primeiro capítulo realiza uma discussão teórico-conceitual sobre gênero e feminismo, expondo historicamente a forma como as relações de gênero foram construídas ao longo da história, bem como o papel socialmente construído para o homem e a mulher na sociedade. Outro ponto abordado foi a importância do feminismo como um movimento social capaz de criar espaços onde as mulheres exerçam sua cidadania. Buscamos elucidar, também, o significado de capitalismo, bem como a luta das mulheres para (r)existir nesse sistema.

O segundo capítulo traz a interface entre a questão de gênero e a profissão de Serviço Social; passando brevemente sobre o início da profissão, chegando à criação dos cursos de graduação de Serviço Social e seu processo de formação.

No terceiro capítulo abordamos como a categoria gênero vem sendo debatida nas quatro (4) universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro, buscando elucidar se todas as universidades possuem ou não uma disciplina específica sobre gênero,

se esse debate se estende às outras disciplinas, qual a concepção de gênero que vem sendo difundida e se a mesma é obrigatória ou optativa a partir de uma pesquisa realizada nos PPC dos cursos.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, na perspectiva que as lacunas supracitadas sejam minimizadas e que contribua para novas pesquisas acerca do tema.

## 1. GÊNERO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: RESISTÊNCIAS E DESIGUALDADES

Neste capítulo abordaremos, a partir de uma pesquisa bibliográfica, a categoria gênero, seu surgimento a partir do movimento feminista e como essas questões começaram a ser abordadas no Brasil em um contexto de transformações sociais, com a luta contra o racismo, a discriminação, a xenofobia e a defesa da diversidade cultural. Este contexto contribuiu para a expansão dos estudos que incorporam a abordagem de gênero.

Séculos de patriarcado e discriminação influenciaram na disparidade de gênero e, a partir desse sentido, trabalharemos, ao longo do capítulo as desigualdades que assolam a vida feminina, inclusive no mercado de trabalho, onde as mulheres, embora algumas vezes possuam maior qualificação, continuam ganhando menos que os homens e sendo tratadas como inferiores, além de trazer as principais profissões escolhidas por mulheres e que são historicamente atribuídas às mulheres por “vocação”, uma vez que as mesmas transmitem valores que lhes foram ensinados ao longo da vida.

### 1.1 MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: BREVE RESGATE

O movimento feminista acompanha a realidade de cada momento histórico, em alguns deles há um acúmulo de reivindicações políticas, ideológicas e sociais, isso pode ser classificado como as “ondas” do feminismo.

No Brasil, a primeira onda do movimento feminista chegou no início do século XX, onde o feminismo surgiu em consonância com o sufrágio feminino<sup>1</sup>. As sufragistas eram mulheres de diferentes classes, idades e raças que se uniram em prol do mesmo objetivo: reconhecer sua cidadania através do seu direito de votar e serem votadas.

Segundo Pinto (2009a)

A *sufrajetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que

---

<sup>1</sup> O sufrágio feminino foi um movimento político e social que buscou acabar com o sufrágio limitado em relação às mulheres.

fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres [...] (PINTO, 2009, p. 16, grifo da autora)

No Brasil foi promulgado um Novo Código Eleitoral Brasileiro em 1932 onde, enfim, o direito ao voto foi conquistado. Pinto (2009b) afirma que

Este feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, *perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960*. No decorrer destes trinta anos um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: O segundo sexo, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”. (PINTO, 2009, p. 16, grifo nosso)

A partir da década de 60, com o fortalecimento dos movimentos de esquerda tanto no plano político, quanto ideológico, houve a chamada “segunda onda feminista”, onde as mulheres se dedicavam em buscar a igualdade social, com isso, começaram a questionar o modelo de submissão e todas as opressões que eram obrigadas a aceitar. Nesse momento, passou a ser debatido também a liberdade sexual, os direitos de reprodução, a maternidade e a problematização acerca do conceito de gênero. (MARTINS, 2013)

Porém, durante a década de 60, enquanto a Europa e os Estados Unidos viviam um bom momento onde o movimento feminista ganhou força e as mulheres conseguiam se expressar sobre as diferenças das relações de poder entre homens e mulheres, o Brasil ia na contramão desse processo, quando, em 1964, foi instaurado o golpe militar; tendo seu início um pouco comedido e, alguns anos mais tarde, tornou-se uma das mais rigorosas ditaduras já instauradas a partir do Ato Institucional n. 5, também conhecido como AI-5, que transformou o Presidente da República em um ditador.

Nos anos 60 e 70, no Brasil, mesmo com uma grande repressão contra qualquer espécie de manifestação, as mulheres marcaram presença na luta armada quando começaram a se organizar para as primeiras manifestações. Isso não influenciou apenas contra o momento político do país, como também teve sua importância em relação à mudança do papel das mulheres na sociedade como, por exemplo, o modo de se portar. A partir desse momento, o movimento feminista começou a aparecer nas ruas dando visibilidade às questões das mulheres.

Segundo Sarti (2004, p. 36) uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada às organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente

comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias.

Inúmeros determinantes fizeram com que o feminismo brasileiro desabrochasse; cabe ressaltar que um desses fatores foi a declaração de 1975 como o Ano Internacional da Mulher pela ONU.

Na visão de Cortês (2017), a categoria histórica e de análise “relações de gênero” foi introduzida por feministas inglesas e americanas na década de 1970, evidenciando que as imagens de homens e mulheres são relacionadas e não podem ser entendidas separadamente.

De acordo com Franchini (2018) foi nesse período que começou a distinção entre sexo e gênero, onde o sexo passa a ser entendido como uma característica biológica e o gênero como uma construção social e de papéis impostos à pessoa dependendo de seu sexo.

Sarti (2004) fala que o movimento foi iniciado nas camadas médias da sociedade, pois era onde se situavam as mulheres que tiveram o acesso à educação universitária e obtinha o nome de “movimento de mulheres” que se expandiu a partir de uma articulação com as mulheres das classes populares e organizações de bairro, constituindo um movimento interclasses.

Com a anistia de 1979 e a redemocratização do país, os exilados começaram a voltar para o Brasil e isso proporcionou o encontro das exiladas que traziam as experiências do que viveram em outros países, com as mulheres que ficaram no Brasil e possuíam a bagagem do conhecimento sobre o feminismo brasileiro.

É nesse contexto histórico que as lutas das mulheres e academia começam a se relacionar e alguns temas passam a se tornar centrais, como: violência, direito ao trabalho, racismo, igualdade, etc. Com esta articulação foi possível compreender que as opressões são resultados de construções sociais iniciando a terceira onda feminista. Autores como Pontes (1986), Alvarez (1990) já haviam produzido bibliografias que tratam sobre o feminismo brasileiro.

Sarti (2004) explica os determinantes para o movimento de mulheres no Brasil, nos anos 80, já ter se tornado uma força política e social:

Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista

em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (SARTI, 2004, p. 42).

As feministas dessa época enfatizavam a conscientização das mulheres através de atividades coletivas, de modo que as mulheres consigam se empoderar<sup>2</sup> coletivamente. O surgimento de questões sobre a condição de exploração feminina também marcou este período. Concordando com a autora Franchini (2018):

A resposta é o próprio sexo, a própria capacidade reprodutiva. A mulher desde sempre esteve atrelada, social e economicamente, à sua função reprodutiva, e o patriarcado, assim como o capitalismo, consiste essencialmente, também, na exploração dessa capacidade. O patriarcado é inerente à sociedade burguesa (de exploração). (FRANCHINI, 2018, n.p.)

A partir desse período as mulheres começaram a participar efetivamente em partidos e sindicatos, dando legitimidade à luta das mulheres. Com isso podemos destacar a Constituição de 1988 como um marco nessa luta que em seu artigo 5º afirma que “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

O feminismo foi construído a partir de várias vertentes teóricas, entre elas estão o Feminismo Liberal, Negro, Radical, Interseccional e Marxista.

O Feminismo Liberal segundo Alvarenga (2018a)

Tem uma linha de pensamento individualista que sugere que se as mulheres mudarem, individualmente, em suas vidas pessoais, empoderando-se, o mundo ao redor delas mudará. Essa mudança dependeria exclusivamente do pensamento e comportamento de cada uma. (ALVARENGA, 2018, n.p.)

Alvarenga (2018) afirma que o Feminismo Negro começou a ganhar força na década de 80, com o surgimento de alguns coletivos à frente da representação das mulheres negras. Elas começaram a questionar o discurso “tradicional” do feminismo, pois não se sentiam contempladas, com isso, começaram a afirmar que o feminismo deveria discutir as questões de classe e combater o racismo. Isso seria importante porque as mulheres negras sofrem uma dupla opressão, incluindo racismo de mulheres brancas, além de serem elas as que mais morrem, sofrem mais indiciamento criminal e são maiores vítimas da violência doméstica.

Já, o Feminismo Interseccional, foi desenvolvido a partir do feminismo negro e definido por Kimberlé Crenshaw, em 1989, como

---

<sup>2</sup> Dar ou adquirir poder ou mais poder.

A visão de que as mulheres experimentam a opressão em configurações variadas e em diferentes graus de intensidade. Padrões culturais de opressão não só estão interligados, mas também estão unidos e influenciados pelos sistemas interseccionais da sociedade. Exemplos disso incluem: raça, gênero, classe, capacidades físicas/mentais e etnia. (Crenshaw, 1989, p. 139)

### Segundo Reif (2019) o Feminismo Radical

[...] não tem esse nome por ser extremista, mas sim por acreditar que a raiz das opressões sofridas pelas mulheres está os papéis sociais atribuídos aos gêneros. Simplificando: menino veste azul e menina veste rosa. Elas entendem mulheres e homens da maneira biológica: mulher tem vagina e homem pênis, mas isso não significa que as mulheres devem corresponder aos estereótipos de gênero impostos sobre elas. [...] para o feminismo radical, não adianta uma mulher se empoderar na individualidade, pois estruturalmente ela continuará sendo oprimida pelo machismo institucionalizado na sociedade patriarcal. Por isso, prega uma revolução total das estruturas. E também a abolição do conceito de gênero, criando um mundo onde genitais sejam só mais uma característica física. Assim, não faria sentido pensar em mulheres cisgênero ou transgênero, pois nem sequer deveria existir a categoria mulher. (REIF, 2019, n.p.)

Segundo Reif (2019) o Feminismo Marxista teve sua primeira luta em busca do direito ao trabalho, e:

Com o passar dos anos, tornou-se pela a abolição dos meios privados de produção e a redivisão sexual do trabalho. Uma das questões centrais dessa vertente é que as mulheres não devem se emancipar somente no mercado de trabalho, mas também dentro da família. Assim, há demanda por uma divisão mais justa do trabalho doméstico e reprodutivo. [...] (REIF, 2019, n.p.)

Com isso, é possível notar que não há uma definição precisa sobre o conceito de movimento feminista, porém, em minha compreensão, o movimento feminista no geral busca a igualdade de oportunidades, direitos e tratamentos entre os gêneros. A luta do movimento é contra a situação de inferioridade que as mulheres ainda vivenciam na sociedade.

De acordo com o que foi dito anteriormente, é possível perceber o quanto o movimento feminista incentivou reflexões acerca do lugar que os indivíduos ocupam na sociedade, a partir de sua busca e questionamento referente às desigualdades e desvantagens que as mulheres sofriam em relação aos homens e com essas reflexões, lutarem para que haja uma mudança justa na sociedade.

### Faz-se necessário destacar que segundo Sousa e Moura (2013)

O movimento feminista teve forte influência para o entendimento de que falar/pensar o homem e a mulher, estão para além de suas características natas, mas envolvem elementos socioculturais, que

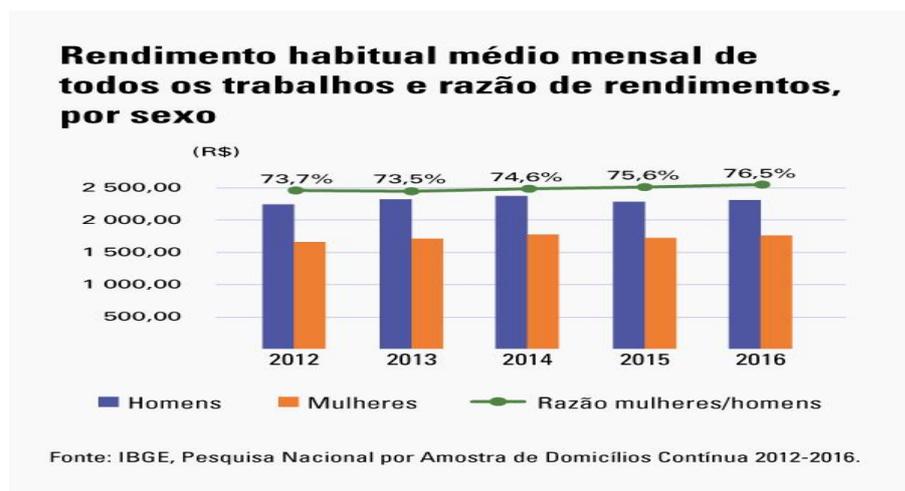
padronizam o comportamento dos indivíduos, apontando o que vestir, como falar, a profissão que deve ser seguida, entre outros, que representam a hierarquia entre homens e mulheres. (SOUSA e MOURA, 2013, p. 5)

Mesmo com toda luta, é necessário enfatizar que as mulheres ainda não conseguiram atingir a igualdade de gênero, segundo dados da pesquisa do IBGE atualizado em 2019:

As mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim, e ainda contando com um nível educacional mais alto, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens ” (IBGE, 2019, n.p.)

O gráfico abaixo demonstra a discrepância da renda entre os sexos.

**Gráfico 1 – Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo.**



Concordando com o autor Stuart Mill<sup>3</sup>,

Quando a eficiência é igual, mas o salário é desigual, a única explicação que se pode dar é o costume, e este, fundado em preconceito, ou na presente estrutura da sociedade, a qual, por fazer de cada mulher (socialmente falando) um apêndice do homem, possibilita aos homens apossar-se sistematicamente da parte do leão em tudo o que pertence aos dois. (MILL, 1983, p. 432,)

A partir do que foi citado anteriormente, fica evidente a relação entre gênero e feminismo.

<sup>3</sup> Filósofo e economista inglês que viveu no século XIX.

O estudo sobre o conceito de gênero se faz necessário, pois tem sido um instrumento de reflexão a partir da realidade assolada pela desigualdade que enfatiza a superioridade dos homens em relação às mulheres, desencadeando preconceitos e violências no dia a dia.

Sousa e Moura (2013) afirmam que

A partir dos aspectos naturais dos sujeitos, socialmente foi-se definido as funções que cabiam ao homem, que seriam a de chefia e poder, enquanto que a mulher encontra-se em uma posição inferior, na qual é tida como frágil e de menor grau de inteligência, por isso encarregada das atividades domésticas e dos cuidados com os filhos, vontades reprimidas, entre outros, sendo que conforme a cultura, a submissão feminina é mais exacerbada que em outras. (SOUSA, MOURA, 2013, p.3)

Se aproximando de mulheres que tinham como base o Marxismo, as feministas começaram a se unir em prol de pautas como: críticas às múltiplas jornadas de trabalho, a diferença discrepante dos salários de homens e mulheres e divisão sexual do mercado de trabalho<sup>4</sup>. No próximo item abordaremos a questão de gênero e o mercado de trabalho.

## 1.2 MULHER, TRABALHO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

Para falar sobre gênero é necessário citar as mulheres e as relações sociais entre elas e os homens a partir de um histórico de submissão feminina nos quesitos social, político e econômico.

Para iniciar a discussão é necessário trazer a diferença entre sexo e gênero. O primeiro trata-se do fator biológico, que divide o gênero humano em duas categorias: homem e mulher/ macho e fêmea. Já o gênero trata das relações históricas e culturais e isso se refere aos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade.

Segundo Coelho (apud Bandeira, 1999), na sociedade brasileira a definição de sexo feminino é, ainda, tradicionalmente referida à condição biológica e associada à esfera familiar da reprodução e, portanto, à maternidade; a do sexo masculino, por sua vez, tem sua identidade assentada nas atividades da esfera pública, concentradora de valores culturais e materiais, o que faz do homem o provedor e o protetor da família. Percebe-se com isso como as posições e os significados são desiguais e o quanto a designação biológica se mostra insuficiente e precária como

---

<sup>4</sup> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social a partir das relações sociais de sexo que vai sendo adaptada de acordo com a sociedade.

classificadora da mulher-feminino e do homem-masculino, nos seus atributos históricos e socioculturais.

Para Sardenberg e Macedo (2011), a categoria gênero, vista como um dos principais elementos articuladores das relações sociais, possibilita compreender como os sujeitos sociais são constituídos cotidianamente por um conjunto de significados. Estes são impregnados de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas. O conjunto de significados atribuído a homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo, e essa diferença é “atravessada por relações de poder que conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante”. (SARDENBERG E MACEDO, 2011, p. 39), favorecendo a manutenção da desigualdade social e de gênero.

Carloto (2002) afirma que:

A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma. (CARLOTO, 2002, n.p.)

Desta forma, durante um longo período de tempo a história das mulheres foi tida como pouco importante e por isso não era contada.

Segundo Itaboraí (2012, p. 4), no Brasil

No início do século XIX, a vinda da corte inaugura um momento de mudanças na feição do Rio de Janeiro, o que terá impacto nas relações familiares e de gênero. Um ponto central a realçar é que a sociedade de corte, introduzida aqui pela vinda da mesma, favorece a exposição da mulher, rompendo com a antiga reclusão.

Com a chegada da corte, os costumes das famílias começaram a mudar, fazendo com que as mulheres pudessem frequentar espaços públicos como as ruas e os teatros, “maiores oportunidades de estudar, aprendendo um pouco de piano e francês, país que ditava as regras da nova cultura urbana, menos religiosa e mais mundana, em formação.” (Itaboraí, 2012, p. 6). As lojas de moda e os cabeleireiros foram ganhando espaço na cidade e sendo cada vez mais frequentado pelas mulheres ricas da sociedade.

De acordo com Itaboraí (2012) a intervenção na família se dá tanto através do Estado quanto através do mercado (através não só do trabalho feminino, mas muito

antes pela lenta afirmação de uma cultura de consumo que trazia, com os novos produtos, novos estilos de vida).

Schwarcs (1997, p. 26) afirma em sua obra, que no período supracitado, “cabe aos homens polidez e urbanidade e às mulheres um falar suave e um ar reservado. O homem se distingue por sua fala inteligente e correta; a mulher, por sua atitude modesta e silenciosa”

A chegada da corte trouxe diversas mudanças na estrutura urbana da cidade.

No dizer de Itaboraí (2012)

As tendências antes apontadas com a chegada da corte intensificam-se, favorecidos pelas mudanças na urbanização da cidade inspiradas nas Paris burguesa e neoclássica. Confeitarias, cafés, restaurantes e livrarias tornam-se mais comuns no cenário urbano e as mulheres também se tornam mais presentes na vida pública. (ITABORAÍ, 2012, p. 12)

A autora também traz considerações sobre as transformações que o século XIX trouxe para a dinâmica familiar. Sabe-se que a autoridade do homem tido como chefe de família foi algo que durou por muitos anos, porém, também neste período, foi possível ver uma alteração no patriarcalismo, onde a autoridade do pai em relação ao casamento foi transferida para o casal, embora o homem ainda tenha sido mantido como o personagem principal do relacionamento.

Se o casamento na sociedade colonial era a forma da mulher de elite integrar-se à sociedade (com a única alternativa na reclusão a um convento), o processo de urbanização ajuda a mudar esse quadro. A campanha sufragista, a incipiente imprensa feminista, o crescimento da educação e do trabalho feminino (ainda não de nível superior, mas já diversificam-se ocupações como vendedoras em lojas, auxiliares em escritórios, magistério e indústria da moda) e o lazer nas ruas sinalizam transformações. (ITABORAÍ, 2012, p. 19)

Essa pequena, porém, significativa conquista não significou o fim da luta e muito menos que as mulheres seriam tratadas com respeito, ainda no século XXI, as mulheres sofrem com as mais diversas formas de violência, seja a partir de piadas sexistas ou aos casos extremos que chegam ao feminicídio<sup>5</sup>.

A partir de 1930, houve uma mudança no desenvolvimento da indústria no Brasil com o surgimento de novos setores como as indústrias de transportes, química e farmacêutica, entre outras.

---

<sup>5</sup> Assassinato proposital de mulheres somente por serem mulheres.

Ao longo da história as mulheres sempre foram desvalorizadas, tanto na sua participação na sociedade, quanto nas relações de trabalho. Na sociedade capitalista as mulheres começaram a ser cotadas para trabalhar; esse interesse se dava, pois, a mão de obra feminina era mais barata, além de enfrentar a desvalorização, baixos salários, falta de direitos, ainda viam a figura masculina em evidência.

Com essa inserção no mercado de trabalho, as mulheres contribuíram imensamente para o crescimento da sociedade e mesmo que isso tenha contribuído de forma positiva, as mulheres continuaram sofrendo com o preconceito e discriminação, acentuando as desigualdades de gênero.

Mesmo sendo mais capacitadas, os cargos de chefia com as melhores remunerações eram, automaticamente, destinados aos homens, pois o maior obstáculo para a mulher no mercado de trabalho era o fato de serem consideradas como o sexo frágil e não era levado em conta a competência.

Trabalhar nas indústrias fez com que as mulheres se afastassem do lar, pois a jornada de trabalho durava em média 14 horas diárias; o Estado se omitia em relação a essa jornada e aos baixos salários recebidos. Existia uma imensurável discriminação, pois ainda se acreditava que as mulheres foram feitas para cuidarem do lar e dos filhos.

Ao longo dos anos começaram a surgir leis com a intenção de proteger as trabalhadoras do Brasil, assegurando seus direitos.

A primeira lei de cunho protecionista à mulher operária surgiu na esfera estadual em São Paulo. A Lei n.º 1.596, de 29 de dezembro de 1917, que instituiu o Serviço Sanitário do Estado, proibiu o trabalho de mulheres em estabelecimentos industriais no último mês de gravidez e no primeiro puerpério (Callil, 2007):

Callil (2007) acrescenta que em 24 de janeiro de 1967 foi decretada uma nova Constituição que teve grande parte de seu texto alterado pela emenda constitucional n.º 1 de 17 de outubro de 1969. Os dois textos trouxeram a proibição na diferença salarial por motivos de sexo ou estado civil, além da proibição do trabalho da mulher em condições insalubres e garantiu a licença remunerada às gestantes antes e depois do parto, sem prejudicar o salário, a manutenção do emprego e dos seus benefícios previdenciários.

A constituição de 1988, também garante os direitos das mulheres no âmbito do trabalho, como menciona o seu artigo 7º, nos incisos:

- XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

As mulheres ainda continuam ganhando menos que os homens mesmo constando na Constituição Federal a proibição da diferença de salário por motivo de sexo.

Segundo pesquisa realizada pela Catho<sup>6</sup>, em 2019, mesmo nas posições que as profissionais femininas são maioria, ainda é possível observar a desigualdade salarial.

**Gráfico 2 – Diferença salarial por área de atuação de homens e mulheres**



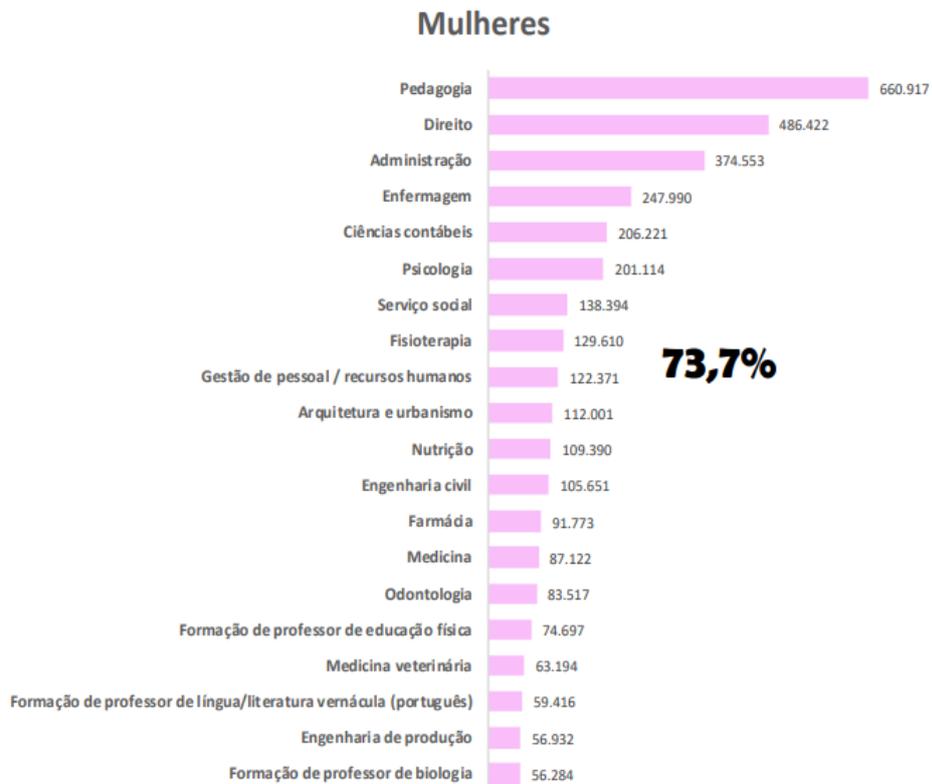
Fonte: Catho. Jacqueline Carmo (2019, n.p.).

<sup>6</sup> “A Catho é uma empresa de tecnologia que funciona como um classificado online de currículos e vagas com diversas ferramentas e soluções de recrutamento que ajudam nossos clientes na carreira e no mercado de trabalho.”

A enorme diferença de salários entre homens e mulheres apesar de desempenharem as mesmas tarefas, de ocuparem os mesmos cargos, provavelmente expresse essa percepção preconceituosa, que por sua vez reflete o aspecto cultural da sociedade brasileira. (AMORIM, 2011)

Segundo pesquisa realizada, em 2017, pelo Censo da Educação Superior, que foi divulgado pelo INEP, as mulheres começaram a conquistar espaço nas mais diferentes áreas profissionais

**Gráfico 3 – As principais profissões escolhidas pelas mulheres.**



Fonte: INEP, Censo de Educação Superior. Brasília, setembro de 2018, p. 51.

A lista das principais profissões selecionadas pelas mulheres é dominada por graduações voltadas para as áreas humanas, como por exemplo a pedagogia, ou formações ligadas à saúde, como enfermagem e fisioterapia, por serem profissões que estão atribuídas ao “cuidado”, sendo automaticamente ligadas às mulheres, reproduzindo os papéis socialmente construídos para as mesmas.

Dentre elas consta o Serviço Social<sup>7</sup>, profissão composta majoritariamente por mulheres. Inserida na divisão social e sexual do trabalho, o Serviço Social como todas as profissões consideradas de mulheres possui baixa remuneração, a hierarquização e grande carga de preconceitos que as mulheres sofrem socialmente, acabam impactando diretamente na profissão.

Contudo, tornou-se possível compreender que as relações de gênero estão presentes nas mais diversas esferas sociais caracterizando-se como demanda para a profissão.

A partir dessa perspectiva, nos próximos capítulos serão abordados o quanto os estudos sobre gênero agregam diretamente na formação do Serviço Social.

---

<sup>7</sup> O Serviço Social é uma profissão de nível superior que forma futuramente assistentes sociais, que devem ser registrados no CRESS para que possam atuar na profissão.

## **2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERFACE COM A CATEGORIA GÊNERO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONTEMPORANEIDADE**

No presente capítulo busca realizar um regate histórico dos fundamentos do projeto profissional e de sociedade, desde do seu surgimento no Brasil. Além disso, objetiva refletir sobre o processo de formação profissional e sua interface com o debate sobre gênero.

### **2.1 SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO DE MULHERES PARA MULHERES?**

O surgimento do serviço social no Brasil deu-se a partir do capitalismo monopolista<sup>8</sup>, quando existia a demanda de se produzir cada vez mais bens e serviço, aumentando a exploração da força de trabalho.

Frente a agudização das condições de vida e de trabalho, os trabalhadores começaram a reagir e a reivindicar seus direitos, tornando pública a exploração sofrida pelos mesmos e as desigualdades fruto da relação capital x trabalho.

O Estado buscou intervir na questão social, que segundo Iamamoto (1999, p. 27), pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

O Estado passa a dar resposta à questão social para além da repressão, mas também por meio da implementação de políticas sociais, requisitando o serviço de diferentes profissionais, dentre eles os assistentes sociais.

Entretanto, neste contexto, o projeto de profissão dos assistentes sociais ratificava a lógica do projeto de sociedade vigente, ou seja, o processo de formação e o desenvolvimento do trabalho profissional do serviço social atendia às necessidades do capital, corroborando com a manutenção de sua organização.

O Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão do trabalho surge a partir da necessidade da igreja católica de recuperar sua hegemonia ideológica, em

---

<sup>8</sup> É quando o grande comércio é controlado pelo poderio econômico dos bancos e de outras instituições financeiras.

face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre a mesma e o Estado (IAMAMOTO, 2011).

A partir das influências conservadoras da Igreja, o Serviço Social “[...] vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja” (YASBECK, 2009, p.04). As “irregularidades” da sociedade se davam por excesso de problemas familiares, e assim como afirma Cisne (2004), o conflito de classes era sinônimo de falta de amor ao próximo e compreensão, e que deveria haver uma harmonia entre classes opostas.

Para Cisne (2004) a influência da igreja católica no Serviço Social não foi apenas superficial; a autora afirma que esse fato:

[...] determinou profundamente a formação e o exercício profissionais. Para exemplificar, pode-se citar que tanto o corpo discente, quanto o docente, das Escolas de Serviço Social, eram formados em sua grande maioria pela ação católica, além do inegável “fenômeno social” da “feminização”.

O capitalismo se aproveita dessa chamada “feminização” para ditar o que é feminino através de valores e saberes, para produzir a desigualdade entre homens e mulheres na inserção no mercado de trabalho. Segundo Cisne (2004) é a partir do “humanismo cristão” que são estabelecidos os valores e práticas da profissão de Serviço Social, de acordo com a tradição ocidental cristã, esses valores e práticas são atribuídos como qualidades e uma predisposição às mulheres.

Como a profissão surgiu a partir de traços confessionais, sendo tratada como vocacional, com funções socialmente atribuídas, as primeiras assistentes sociais deveriam “servir e cuidar do próximo”.

Com a necessidade do capital de controlar esses confrontos sociais, buscou-se os profissionais com esses atributos considerados naturalmente femininos, pois acreditava-se que com doçura, convencimento e compaixão, os assistentes sociais conseguiriam dialogar com a classe trabalhadora e, com isso, diminuir os conflitos. Por este motivo o Serviço Social teve uma grande quantidade de mulheres preenchendo seus quadros profissionais, assim como afirma Veloso (2001, p. 73-74) apud Cisne (2004, p. 53):

Este fato possui um valor fundamental, pois mostra que **se conjugou o gênero e a institucionalização do serviço social**. As mulheres preencheram o Serviço Social e trouxeram consigo valores, formas de se relacionar com o mundo, atributos e qualidades os quais eram demandados pelos grupos dominantes que necessitavam dos serviços desta profissão que ora se iniciava. Este conjunto de fatores conferiu

à profissão de serviço social uma imagem bem próxima à imagem que se tinha da “mulher”. (Grifo do autor)

Quem buscava ingressar no Serviço Social deveria estar adequado à moral e a um perfil profissional doutrinário que segue a recristianização da sociedade que era defendido pela Igreja Católica, sem levar em consideração o caráter científico; com isso, os profissionais que intervinham na “questão social”, partiam de um viés moralista e conservador.

Segundo Leorato (2017)

O assistente social cada vez mais passou a inserir-se em novos campos de trabalho tendo sua profissão regulamentada em 13/06 pela Lei nº 1.889, regulamentada por Vargas em 1954 pelo Decreto 35.311, sendo este processo um grande avanço para a profissão. (LEORATO, 2017, p. 27)

A partir de um “contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações caracterizadoras da expansão do capitalismo mundial” (YAZBEK, 2000, p. 24), começaram a ocorrer mobilizações políticas e questionamentos sobre ao modelo conservador e tradicional assumido pelo Serviço Social.

O golpe militar de 64 e seu cerceamento político, fez com que a intenção de ruptura com o conservadorismo demorasse um pouco mais a ocorrer; porém, segundo Cisne (2004), o movimento político que lutou em prol da redemocratização do país, consegue assumir um destaque na classe, o que acarreta em uma melhor condição política para a “construção de um novo projeto profissional, apontando para uma real ruptura com o conservadorismo”<sup>9</sup> (CISNE, 2004, p. 66).

Algumas características foram mais marcantes no nascimento da profissão, como: a ligação com a classe burguesa, sua profunda relação com a questão social, tem em sua base um trabalho intelectual e tem sido construída por mulheres.

Desde os primórdios houve uma maior adesão de profissionais do sexo feminino, em termos do perfil profissional, sempre houve uma subalternidade em relação às mulheres no mercado de trabalho. Segundo Iamamoto:

A imagem social da profissão e do profissional encontra-se profundamente estigmatizada pelos estereótipos criados em torno da

---

<sup>9</sup> “[...] intensão de ruptura, uma vez que ela estreita laços entre o serviço social e o marxismo – embora não se reduzindo a ele (BARROCO, 2004). Esse estreitamento com o pensamento crítico de Marx irá possibilitar um significativo amadurecimento teórico-metodológico quanto à compreensão crítica da ética, dos projetos societários e do posicionamento que a profissão deve ter frente à ordem vigente ” (O serviço social no Brasil nos anos 1990: Consolidação do amadurecimento teórico metodológico crítico, 20-?, p. 29)

mulher, aparecendo como uma extensão profissionalizante de seu 'papel na sociedade', como uma alternativa à vida doméstica e à participação política. (IAMAMOTO, 1994, p. 49)

Mesmo com todo esse histórico, entre o final da década de 1960 e 1970, o serviço social no Brasil passou pelo movimento de reconceituação<sup>10</sup> durante um processo de questionamento das bases tradicionais.

A profissão se beneficiou do movimento de lutas em prol da democratização da sociedade no país, que contou com a presença das lutas operárias que incitaram a crise da ditadura militar entre 1964 e 1984.

A década de 1980 foi de extrema importância para o serviço social, com a intensificação dos movimentos sociais a partir da abertura política, redemocratização do país, discussões sobre a teoria social marxista e a promulgação da Constituição Federal de 1988, esses marcos possibilitaram a reflexão acerca da profissão.

Segundo Iamamoto (2014), o eixo central nos debates acerca dos fundamentos do Serviço Social no Brasil é o entendimento da história a partir das classes sociais e suas lutas, a admissão da importância do trabalho e dos trabalhadores. “*Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais*” (2014, n.p., grifo do autor).

Barroco (2004) afirma que a partir dos seminários nacionais, começaram a ocorrer discussões de diversas formas que tendiam às mudanças nos direitos e deveres dos assistentes sociais:

[...]Tratam a ética em seus fundamentos filosóficos, em sua configuração histórica na sociedade burguesa e na realidade brasileira, para, então, discutir a questão da ética profissional e seus rebatimentos no Código de Ética. (BARROCO, 2004, p. 34)

A partir dessa afirmação de Barroco, é possível observar que o Serviço Social constrói seu projeto de profissão, o Projeto Ético-Político, comprometido com a classe trabalhadora para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, A Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, publicada em 1993, reitera o compromisso com determinada classe social.

---

10 O movimento de reconceituação do serviço social foi fundamental na formação da consciência crítica e de uma nova cultura dos profissionais de Serviço Social, em torno de questões cruciais do exercício da profissão nas sociedades dependentes e profundamente desiguais da América Latina. (LOPES, 2016, p. 238)

Em 1993, também foi revisto o Código de Ética do Serviço Social que deliberou os parâmetros para o exercício profissional, estabelecendo os direitos e deveres dos assistentes sociais, e entre os princípios do código de ética destacam-se o reconhecimento da liberdade, a defesa aos direitos humanos, a democracia, posicionamento a favor da equidade e justiça social, a erradicação de todos os tipos de preconceitos, a garantia do pluralismo, a articulação com movimentos sociais, ir contra qualquer tipo de discriminação.

É importante destacar que a redação do código de ética de 1993 foi alterada em 2011, substituindo a nomenclatura de “opção sexual” por “orientação sexual” e incluindo o termo “identidade de gênero”, afim de reafirmar os princípios e valores do Projeto Ético-Político do Serviço Social; Isso pode ser observado nos princípios fundamentais, onde dispõe sobre o exercício do Serviço Social “sem ser discriminado e sem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”. (CFESS, 2011, p. 24)

Destacamos também alguns dos princípios fundamentais que constam no Código de Ética em vigência, reconhecem o debate de gênero e permitem a comprovação da aproximação entre Serviço Social e gênero, em defesa de um serviço social crítico em busca de uma nova ordem societária. São eles:

- [...] VI. Empenho na *eliminação de todas as formas de preconceito*, incentivando o respeito à *diversidade*, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das *diferenças*;
- VII. Garantia do *pluralismo*, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de *construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero*;
- XI. *Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.* (CFESS, 2011, p. 23-24, grifos nossos).

Segundo Lima (2014, p. 47) a discussão de gênero alcança importância nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social, aprovadas pela ABEPSS em 1996, sendo considerada como um debate que deve perpassar a formação profissional, que será melhor descrita no próximo item.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Em 1996, a ABEPSS publicou as diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social, o que fez com que a profissão assumisse novos princípios e valores ético-políticos que foram construídos a partir da realidade social, e:

Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (ABEPSS, 1996, p. 4)

As diretrizes descrevem o perfil do bacharel em serviço social enfocando que deve ser um profissional engajado na formulação e implementação de proposta que atuem nas expressões da questão social, sendo um profissional com postura crítica, propositiva e criativa, comprometido com os valores e princípios localizados no Código de Ética do Assistente Social.

[...]a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade<sup>11</sup>;

Compreende-se como eixo central das diretrizes curriculares a formação de conteúdos que dê uma base para a intervenção profissional a partir de processos dinâmicos, interdisciplinares que garantam uma formação profissional de qualidade.

O pressuposto central das Diretrizes Curriculares está na permanente construção dos conteúdos (teóricos-éticos-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, interdisciplinar, assegurando elevados padrões de qualidade na formação dos assistentes sociais. É indicado como um dos princípios “a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p. 6).

Em 1997, foi criado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, um documento sobre os “Padrões de qualidade para autorização e

---

11 A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7)

reconhecimento de cursos de graduação em Serviço Social”, em que “apresenta os padrões de qualidade requeridos para o progressivo aperfeiçoamento da formação profissional”. (IAMAMOTO et al, 1997).

Existe um tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação profissional (diretrizes curriculares, 1999), são eles: o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos e éticos políticos, núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional:

I. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social [...];

II. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais [...];

III. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado [...]. (ABEPSS, 1999).

Segundo as diretrizes curriculares da ABEPSS, são nesses núcleos:

[...] que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei. (DIRETRIZES CURRICULARES, 1999, p. 4)

Esses núcleos compreendem um conjunto de habilidades que se especificam em disciplinas com áreas de conhecimento que sejam necessários à formação profissional, que são exploradas por meio de seminários, oficinas, atividades complementares.

Segundo as diretrizes curriculares (1999), os conteúdos fundamentais para a formação de bacharéis em serviço social, são: sociologia, economia e teoria política, filosofia, antropologia, psicologia, formação sócio-histórica do Brasil, direito e legislação social, política social, desenvolvimento capitalista e questão social, classes

e movimentos sociais, fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social, trabalho e sociabilidade, serviço social e processos de trabalho, administração e planejamento em serviço social, pesquisa em serviço social e ética profissional.

No âmbito acadêmico, estudos sobre processos de trabalho, reestruturação produtiva vem dividindo lugar com estudos sobre cultura, família, identidades, etnia, gênero. Mesmo com o Serviço Social tendo sua história ligada às relações gênero, Sousa e Moura (2013) discorrem sobre a demora dos estudos sobre gênero terem sido abordados durante a formação profissional. Lisboa (2010) fala que,

Em 1990, surge na academia a categoria gênero consolidando os “estudos de gênero” em substituição a “estudos feministas” ou “da condição feminina”. “Aproximando-se dos movimentos feministas, a partir de 1990, o Serviço Social passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras. ”

Atualmente, em seu cotidiano de atuação, os assistentes sociais vêm se deparando cada vez mais com diversas situações que indicam opressão, violência, discriminação, exploração, desigualdade social, entre outras. Com isso, alguns profissionais têm se aproximado cada vez mais dos estudos de gênero.

Lisboa, et. al. (2012) afirmam que

No âmbito profissional, as (os) profissionais têm atuado, entre outras práticas, como coordenadores (as) de programas de atenção direta às mulheres relacionados a questões de violência, o aborto legal e o planejamento familiar, além dos programas de combate à pobreza relacionados a assistência social, que tem a mulher como principal demandante e beneficiária. (LISBOA, et. al. 2012, p. 9)

A partir disso, é possível perceber que os assistentes sociais atuam nesse cenário onde se insere demandas também relacionadas ao gênero, o que nada tem a ver com a palavra sexo, como foi explicitado no capítulo anterior. Com isso, é indispensável os estudos sobre gênero no âmbito do serviço social, pois com esse tema é possível compreender as desigualdades e as relações de dominação e exploração.

Na visão de Borges (2009) o serviço social por ser composto predominantemente por profissionais do sexo feminino, pode considerar sua história relacionada com a da emancipação feminina. Pensando nisso, é possível perceber a relação existente entre serviço social e gênero, não somente no sentido de demanda da profissional, mas também no sentido de ambos contribuírem para o desenvolvimento do outro no sentido histórico-cultural pela conquista da garantia de direitos; uma vez que os assistentes sociais atendem em seu cotidiano profissional,

em sua maioria, mulheres, posto que as políticas sociais, um dos campos de maior atuação destes profissionais, possuem uma maior quantidade de usuárias do sexo feminino.

A questão de gênero aparece como um eixo para pensar a mulher e o homem além de seus papéis pré-determinados socialmente e um convite a repensar a atuação e formação do profissional de Serviço Social na contemporaneidade. (MARCELINO, 2011, p. 102)

Faury (2003, p. 110), afirma que “estudar as questões de gênero em Serviço Social significa constatar o quanto a categoria de assistentes sociais negligenciou o estudo do tema que está presente, na academia, no Brasil, desde o final da década de 70 e início da década de 80”.

Para Lima (2014, p. 56), é no núcleo de fundamentos do trabalho profissional que “as discussões mais aprofundadas sobre as relações sociais de gênero” devem acontecer, embora não estejam ausentes nos outros.

Segundo Veloso (2000) apud Faury (2003)

[...] Por atuar sobre a produção e reprodução das relações sociais, e por serem estas relações constituídas também pelo gênero, acreditasse que esta categoria deve ocupar o seu devido lugar, junto à formação em Serviço Social, lugar este que lhe permita ser utilizado como poderoso instrumento que é para a problematização e desvendamento das relações sociais, e por isso mesmo, potencializador das análises sobre as quais a/o assistente social deve se pautar durante o seu exercício profissional (VELOSO, 2000, p. 17 apud FAURY, 2003, p. 113)

A partir da citação acima, é possível concordar com as autoras, pois acredito que a categoria gênero deve obter maior foco durante a formação do Assistente Social, uma vez que Lisboa (2012, p. 9) discorre sobre como o debate acadêmico a partir da perspectiva de gênero vem contribuindo para que possamos repensar o modo como questões de cidadania e desigualdade vêm sendo tratadas tradicionalmente.

Iamamoto (2014) afirma que a formação acadêmico-profissional em Serviço Social atualmente vem sofrendo mutação em decorrência de:

(a) expansão acelerada da oferta de vagas, [...]; (b) prevalência de instituições de ensino privadas não universitárias em detrimento das universidades, o que coloca em questão o tripé ensino, pesquisa e extensão como base da formação, visto estar associado às funções precípuas da instituição universitária; (c) precarização das condições de trabalho docente expressa na proliferação de contrato por tempo determinado ou por tarefa, no rebaixamento salarial, na intensificação do trabalho, no maior volume de aulas semanais com elevada relação

numérica professor/aluno, na redução da autonomia docente na elaboração dos programas das disciplinas, em favor de pacotes preestabelecidos pelas empresas que definem conteúdos e bibliografias adotados; absorção de pós-graduandos, que buscam acumular experiência no trabalho docente; (d) mudança no perfil socioeconômico dos estudantes, com ampliação do acesso aos IES por parte da juventude trabalhadora, estimulada pela política de cotas para o ensino superior, bolsas do ProUni, crédito escolar, entre outros. Observa-se maior incorporação de trabalhadores economicamente ativos que buscam no ensino superior meios de ascensão social e de elevação de status social na unidade familiar. (IAMAMOTO, *idem*, p. 628-627)

No nível da formação acadêmico-profissional segundo o Ranking Universitário da Folha feito em 2019, existem no Brasil 339 universidades com cursos de graduação em Serviço Social, sendo 59 públicas e 280 privadas. A partir de dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), atualmente, o Brasil tem pouco mais de 180 mil profissionais registrados nos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

No estado do Rio de Janeiro, existem 21 universidades com cursos de serviço social, sendo 5 públicas e 17 privadas. Utilizarei como parâmetro as 4 universidades *federais*.

**Quadro 1 – Instituições federais de ensino no Estado do Rio de Janeiro do curso de Serviço Social**

Nome da instituição	Ranking no Brasil	Ano de Criação	Qualidade de ensino
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1º	1940	1º
Universidade Federal Fluminense (UFF)	13º	1945	13º
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	82º	2010	82º
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	122º	2015	122º

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Ranking Universitário da Folha (2019) – Instituições públicas de Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro

Iamamoto (2014) versa sobre o extenso crescimento do quadro profissional nos últimos anos e que isso se deu a partir da expansão acelerada do ensino superior privado, principalmente do ensino a distância.

Oliveira (apud Amorim, 2017) aponta que “[...] o rápido crescimento das empresas do mercado de educação superior acarreta alguns efeitos que precisam ser problematizados, como a qualidade do ensino e o espaço insuficiente para reflexões.”, podemos relacionar essa afirmativa com a de Iamamoto (2014) onde a mesma complementa que esse rápido crescimento “[...] tem implicações na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento

e menos na descoberta científica [...]”. Esse aumento de profissionais do serviço social em uma conjuntura marcada pelos retrocessos vem acompanhado de desemprego e precarização das condições de trabalho.

Espera-se perceber com a pesquisa a ser exposta no próximo capítulo, se as universidades citadas acima possuem disciplinas que versem sobre as questões de gênero e se as mesmas são prioridade durante a formação profissional.

### **3. DISCUTIMOS GÊNERO? ANALISANDO OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO**

De acordo com o que foi discutido nos capítulos anteriores, a sociedade brasileira foi historicamente constituída por uma cultura machista e patriarcal, o que torna possível que acabemos por reproduzir automaticamente esse aspecto cultural. Por isso, é importante que nos cursos de Serviço Social existam disciplinas que coloquem o gênero em pauta, para que possamos refletir sobre essas reproduções.

Partindo do que foi exposto anteriormente, pareceu-nos oportuno realizar no presente capítulo, uma pesquisa documental, a partir dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Serviço Social das quatro (4) Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro, sendo elas: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) do campus Niterói, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A referida pesquisa foi realizada por meio do acesso virtual aos sites das IES.

As universidades que serão analisadas foram escolhidas pela representatividade política que as mesmas possuem em relação a formação profissional do assistente social.

Cabe a ressalva que as universidades privadas foram excluídas do processo de seleção pelo avanço das privatizações no ensino superior; no Rio de Janeiro existem 17 universidades privadas que ofertam o curso de Serviço Social, o que seria inviável de analisar, tratando-se de uma pesquisa para conclusão de curso. Além disso, compreendemos que o ensino de excelência se daria a partir da aglutinação do tripé ensino, pesquisa e extensão que a princípio ocorre nas universidades públicas.

A exposição da pesquisa iniciará do primeiro ao último curso criado no Rio de Janeiro.

A partir da análise do PPC de cada universidade será possível realizar as seguintes ações: um breve resgate histórico sobre a criação dos cursos; tabulação das disciplinas que possuam a palavra-chave “gênero”, seja em seu nome, ementa ou a partir das referências utilizadas; a partir do ementário de cada disciplina, identificar

se a mesma é optativa ou obrigatória, se o debate perpassa por outras disciplinas e qual concepção de gênero é difundida nas principais disciplinas existentes em cada universidade.

A segunda parte da pesquisa foi pautada em responder, a partir do PPC de cada curso, as seguintes questões de pesquisa:

- Todas as universidades possuem uma disciplina de gênero?
- O debate de gênero perpassa outras disciplinas?
- Qual objetivo que cada disciplina busca alcançar?
- As disciplinas são obrigatórias ou optativas?

No quadro abaixo, apresentamos os nomes das disciplinas que se vinculam ao debate sobre gênero nas IES, seja este direto ou indiretamente.

**Quadro 2: Distribuição das Disciplinas de Gênero por Curso de Serviço Social das Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro.**

UFRJ	UFF - Niterói	UNIRIO	UFRRJ
A questão de Gênero no Brasil	Relações de Gênero e Questão Social	Relações de Gênero no Brasil	Relações de Gênero e Questão Social
	Mercado de Trabalho e Gênero		
	Famílias, Gênero e Diversidades		
	Violência de Gênero: Elementos do Debate Atual		
	Gênero e Violência	Gênero, raça e etnia	Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social
	Gênero, Movimento Feminista e a Consciência de Classe		
	Violência de Gênero 1: O Debate Atual		
	Gênero, Orientação Sexual e Políticas Sociais		
	Gênero e Sexualidade na escola		

Fonte: PPC UFRRJ, PPC UFRJ, PPC UNIRIO e PPC UFF. Quadro elaborado pela autora, 2020.

Serão expostas na presente pesquisa apenas aquelas disciplinas que tiveram suas ementas divulgadas nos sites das instituições. Faz-se necessário destacar que, alguns sites não possuem todas as informações que seriam necessárias para uma elaboração mais completa desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Para melhor exposição dos dados coletados iremos subdividir o presente capítulo em itens, para trabalhar separadamente as universidades selecionadas para o estudo.

### 3.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

O estudo terá como ponto de partida a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde, atualmente o curso de Serviço Social se encontra em primeiro lugar no Ranking das Universidades, segundo pesquisa realizada pela Folha em 2019.

De acordo com o site do curso, na Universidade Federal do Rio de Janeiro o curso de graduação em Serviço Social foi criado em dezembro de 1936, Integrado à Escola de Enfermagem Ana Nery, na, então, Universidade do Brasil. Somente através do Decreto nº 60.455-A de 13 de março de 1967, é criada a Escola de Serviço Social, onde o curso passa a ganhar autonomia, obtendo estruturas administrativas e físicas próprias.

O curso de Serviço Social é ministrado em dois turnos: diurno e noturno. O diurno possui duração mínima de 8 períodos letivos e o noturno, de dez períodos letivos.

As áreas fundamentais de conhecimento do curso são: área de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, área de fundamentos da formação social brasileira e área de fundamentos da ação profissional.

Atualmente, na UFRJ, é ofertada apenas uma disciplina sobre gênero que se chama: *A Questão de Gênero no Brasil*<sup>12</sup>; é uma disciplina teórica e obrigatória que segundo o PPC (2008, p. 49) possui como objetivo “qualificar para a compreensão da problemática das relações de gênero na sociedade brasileira contemporânea e sua relevância nas expressões da ‘questão social’.”

Segue abaixo a descrição da disciplina.

---

<sup>12</sup> Ementa da disciplina “A questão de gênero no Brasil”: “As teorias sobre gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero no Brasil contemporâneo e expressões da questão social.” (2008, p. 49)

**Quadro 3 - vinculação, ementário e nome da disciplina de gênero no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA/ CARGA HORÁRIA	OBRIGATÓRIA /OPTATIVA	NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO	EMENTA
UFRJ	A questão de gênero no Brasil (60h)	Obrigatória	Fundamentos da Formação Social brasileira	As teorias sobre gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero no Brasil contemporâneo e expressões da questão social.

Fonte: PPC do curso de Serviço Social da UFRJ. Quadro elaborado pela autora, 2020.

A disciplina supracitada pertence à área dos fundamentos da formação social brasileira, os conhecimentos que integram esta área são os que “[...] propiciam ao estudante a compreensão da particularidade da formação histórico-social brasileira, assim como permitem a projeção das tendências fundamentais da sua dinâmica”. (PPC Serviço Social, UFRJ, 2008, p. 17)

Dentre as bibliografias recomendadas na disciplina podemos mencionar: Saffioti, Scott, etc que são referências no debate sobre gênero no Serviço Social.

Abaixo o quadro com as bibliografias utilizadas.

**Quadro 4 – Bibliografia utilizada na disciplina “A questão de gênero no Brasil”.**

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Almeida, S.S. Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro, Revinter, 1998.</li> <li>▪ Combes, D., Haicault, M. “Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes” in Kartchevsky, A. <i>et alii</i>. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.</li> <li>▪ Grassi, E. La mujer y la profesión de asistente social. Buenos Aires: Humanitas, 1989.</li> <li>▪ Kergoat, D. “Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação”, in Kartchevsky, op. cit.</li> <li>▪ _____ . “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”, in Lopes, M. J. M., Meyer, D. E., Waldow, V. R. (orgs.). Gênero e saúde. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.</li> <li>▪ Lauretis, T. “Tecnologia do gênero” in Hollanda, H. B. (org.). Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.</li> <li>▪ Saffioti, H. “Rearticulando gênero e classe social”, in Costa, A. O., Bruschini, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.</li> <li>▪ Scott, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, in Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2), jul./dez. 1990.</li> </ul>
--

Fonte: PPC do Curso de Serviço Social da UFRJ. Quadro elaborado pela autora, 2020.

No conjunto da grade curricular, todas as disciplinas mantêm entre si, uma vinculação de continuidade, porém a disciplina em questão não possui vinculação formal através do estabelecimento de pré-requisitos e co-requisitos. Entretanto, identificamos que o debate de gênero perpassa apenas uma disciplina, sendo ela: “Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil”, pois verificamos em sua bibliografia utilizada o descritor “gênero”.<sup>13</sup>

### 3.2 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF - NITERÓI)

A segunda universidade a ser discutida é a UFF (Niterói), tendo sua Escola de Serviço Social inaugurada em 23 de agosto de 1945. Enquanto as primeiras escolas surgiram com base no discurso católico, a ESS de Niterói iniciou-se com base no Poder Público, segundo o PPC da instituição, mais especificamente na extinta Legião Brasileira de Assistência, em busca de uma nova lógica para respostas à “questão social”.

A ESS da UFF foi reconhecida como entidade de Ensino Superior pelo Decreto Federal nº 38.968 de 03 de abril de 1954, formalizada a partir do Decreto Lei Estadual nº 1397, 06 de julho de 1954 e adquiriu sua autonomia financeira, administrativa e pedagógica em 23 de julho de 1954.

Ministrado em dois turnos (vespertino e noturno), o curso possui como parâmetro os três núcleos de fundamentos definidos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. O curso de Serviço Social da UFF está, atualmente, em décimo terceiro lugar no Ranking das Universidades segundo pesquisa realizada pela Folha em 2019.

Atualmente, na UFF, apenas uma disciplina sobre gênero é ofertada obrigatoriamente e se chama: “*Relações de gênero e questão social*”; sendo uma disciplina teórica, que possui como pré-requisito a disciplina “Questão Social no Brasil” e está ligada à área de “fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira”, que

[...] remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão social em territórios urbanos e

---

<sup>13</sup> Na disciplina “Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil”, a palavra gênero foi citada na referência “Costa, A. e Bruschini, C. (orgs.). Uma questão de *gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.” (PPC, 2008, p. 49, grifo nosso).

agrários, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, de classe, gênero e étnico raciais. (Niterói. Projeto Pedagógico de Curso em Serviço Social, UFF, 2010. p. 07)

A disciplina em questão, segundo o Projeto Pedagógico de Curso em Serviço Social da UFF (2010. p. 39) possui como objetivo “Estudar a questão de gênero em suas diferentes dimensões como parte do enfrentamento da ‘questão social’ ”.

Segue abaixo a descrição da disciplina.

**Quadro 5- vinculação, ementário e nome da disciplina de gênero no curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense**

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA/ CARGA HORÁRIA	OBRIGATORIA/ OPTATIVA	NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO	EMENTA
UFF (Niterói)	Relações de gênero e Questão Social (60h)	Obrigatória	Fundamentos teórico-metodológicos da vida social	Gênero: conceito e história. Gênero na ótica das relações de classe, etnia e geração no enfrentamento da “questão social” na atualidade. O debate contemporâneo em torno do feminismo, patriarcado, homossexualidades, masculinidades, <u>etnicidade/racial</u> . Gênero, proteção social e serviço social.

Fonte: PPC do curso de Serviço Social da UFF. Quadro elaborado pela autora, 2020.

A universidade em questão possui uma disciplina que pode ser vinculada à temática de gênero, no caso, a disciplina “Acumulação Capitalista e Questão Social”; por outro lado, foram encontradas oito (8) disciplinas optativas que possuem a palavra “gênero” em seu nome, as mesmas poderão ser observadas no quadro abaixo:

**Quadro 6 – Disciplinas Optativas de Gênero relacionadas ao curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense**

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA / CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO
UFF (Niterói)	Violência de Gênero: Elementos do Debate Atual (30h)	Relações de Gênero e Questão Social
	Violência de Gênero 1: O Debate Atual (60h)	
	Mercado de Trabalho e Gênero (60h)	
	Famílias, Gênero e Diversidades (60h)	Não possui
	Gênero e Violência (60h)	
	Gênero, Movimento Feminista e Consciência de Classe (60h)	
	Gênero, Orientação Sexual e Políticas sociais (60h)	
Gênero e Sexualidade na escola (68h)		

Fonte: PPC do curso de Serviço Social da UFF. Quadro elaborado pela autora, 2020.

Embora exista essa gama de disciplinas que versem sobre gênero, só foi possível localizar a ementa da disciplina Relações de Gênero e Questão Social, porém a bibliografia utilizada não consta em nenhum dos documentos utilizados para pesquisa.

### 3.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

A próxima universidade a ser analisada é UNIRIO, que teve seu curso de Serviço Social criado a partir da resolução 3.207 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Unirio, em 30 de outubro de 2009, iniciando suas atividades em abril de 2010.

Ministrado no turno da noite, o curso possui como parâmetro os três núcleos de fundamentação definidos pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, sendo eles: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, fundamentos do trabalho profissional.

A UNIRIO possui duas disciplinas que levantam discussões sobre gênero, sendo elas: “*Relações de Gênero no Brasil*” e “*Gênero, Raça e Etnia*”, entretanto, ambas são optativas.

No quadro abaixo serão apresentadas algumas informações pertinentes às disciplinas.

**Quadro 7- Vinculação, ementário e nome das disciplinas de gênero no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.**

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA/ CARGA HORÁRIA	OBRIGATÓRIA/ OPTATIVA	NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO	EMENTA
UNIRIO	Gênero, Raça e Etnia (60h)	Optativa	Fundamentos da Formação <del>Sócio-</del> Histórica da Sociedade brasileira	Teorias sociológicas e concepções de gênero, raça e etnia. Políticas sociais, diversidade de gênero e a realidade brasileira. Racismo. Políticas de cotas.
	Relações de Gênero no Brasil (60h)	Optativa		Principais abordagens conceituais do gênero. As políticas sociais e as relações de gênero. Os movimentos sociais e a questão de gênero. Gênero e Serviço Social.

Fonte: PPC do curso de Serviço Social da UNIRIO. Quadro elaborado pela autora, 2020.

A disciplina “*Relações de Gênero no Brasil*” possui como objetivo

- Introduzir @ alun@ no debate a respeito das relações patriarcais de gênero;
- Apresentar as interfaces das relações patriarcais de gênero com o Estado, as Políticas Sociais, o Feminismo, o Feminismo Negro e o Serviço Social;
- Problematizar a presença das relações patriarcais de gênero na vida cotidiana;
- Introduzir @ alun@ no debate a respeito dos conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade;
- Introduzir @ alun@ no debate a respeito da orientação sexual e suas interfaces com o debate das relações patriarcais de gênero;
- Problematizar a respeito de como a sociedade vem lidando com a orientação sexual dos indivíduos no cotidiano (Rio de Janeiro. Ementa da disciplina optativa “Relações de gênero no Brasil”, do curso de Serviço Social. n.p.)

No que tange a bibliografia utilizada em ambas disciplinas, percebemos a utilização de Saffioti, Hirata, Louro, etc., autoras de referência no estudo sobre gênero no âmbito do Serviço Social.

Segue abaixo quadro com as bibliografias utilizadas.

**Quadro 8 – Bibliografia utilizada na disciplina “Relações de gênero no Brasil”.**

- ALVARO, M. C. Feminismo, Luta de Classes e consciência militante no Brasil. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ: 2013.
- ALVES, L.N. Relações Patriarcais de Gênero e Serviço Social no Brasil. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ (mimeo): 2017.
- BEZERRA, V. Gênero, Marxismo e Serviço Social In: Temporalis: 2015.
- BEZERRA, V. e VELOSO, R. Gênero e Sociedade: Uma Breve Introdução à dimensão de Gênero nas Relações Sociais In: Revista Teoria e Sociedade, UFMG: 2004.
- \_\_\_\_\_. Gênero e Serviço Social: Desafios a uma abordagem crítica. Editora Saraiva: 2015.
- CAETANO, I. F. Feminismo Brasileiro: Uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. In EMERJ: 2017.
- FEDERICI, S. Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. Editora Elefante: 2004.
- HENNING, C.E. Interseccionalidade e pensamento Feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. In Dossiê -Desigualdades e Interseccionalidades: 2015.
- HIRATA, H. e Kergoat, D. As Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132: 2007.
- LOURO, G. L. Pensar a sexualidade na contemporaneidade In: Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009.
- PEREZ, O. e RICOLDI, A. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos In Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: 2018.
- RIBEIRO, D. Feminismo Negro para um novo marco civilizatório: Uma perspectiva brasileira. Revista SUR, V. 13, N. 24, 2016.
- SAFFIOTI, H. O poder do macho. Editora Moderna: 1987.
- \_\_\_\_\_. Gênero, Patriarcado e Violência. Expressão Popular: 2015.
- SANTOS, D.B.C. e ARAÚJO, D.C. Sexualidades e gêneros: questões introdutórias In: Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009. – 216 p.

Fonte: Programa de gênero da disciplina Relações de Gênero no Brasil do curso de Serviço Social da UNIRIO. Quadro elaborado pela autora, 2020.

Existe também a disciplina “*Gênero, Raça e Etnia*”, que não teve sua ementa encontrada, por isso não será divulgada aqui. Nenhuma das duas disciplinas são obrigatórias; sendo assim, não possuem um período específico para serem ministradas.

A única disciplina que pode ser relacionada à discussão de gênero é “*Família no Brasil*”<sup>14</sup>, sendo esta uma disciplina obrigatória.

No que tange as bibliografias utilizadas são idênticas a da disciplina “*Relações de Gênero*”, que pode restringir o debate, o acesso dos alunos a uma gama maior de literatura sobre o tema e desestimular a inscrição do alunado nas duas disciplinas durante sua graduação.

#### **Quadro 9 - Bibliografia utilizada na disciplina “*Gênero, raça e etnia*”.**

---

<sup>14</sup> Objetivo da disciplina “*Família no Brasil*”: “A disciplina visa a oferecer subsídios para a apreensão da categoria família no contexto das sociedades ocidentais e sua particularidade no Brasil; promover reflexões sobre as novas configurações familiares na contemporaneidade, considerando as diferenças de *gênero*, étnicas e regionais brasileiras, com base nas reflexões ancoradas na Filosofia da Práxis, próprias ao campo crítico do Serviço Social brasileiro. Desafios colocados para profissionais na abordagem com famílias na atualidade. A Centralidade da Família no SUAS e os programas de proteção social.” (Programa da disciplina Família no Brasil, p. 1, grifo nosso)

- ÁLVARO, M. C. Feminismo, Luta de Classes e consciência militante no Brasil. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UERJ: 2013.
- ALVES, L.N. Relações Patriarcais de Gênero e Serviço Social no Brasil. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UERJ (mimeo): 2017.
- BEZERRA, V. Gênero, Marxismo e Serviço Social In: *Temporalis*: 2015.
- BEZERRA, V. e VELOSO, R. Gênero e Sociedade: Uma Breve Introdução à dimensão de Gênero nas Relações Sociais In: *Revista Teoria e Sociedade*, UFMG: 2004.
- \_\_\_\_\_. Gênero e Serviço Social: Desafios a uma abordagem crítica. Editora Saraiva: 2015.
- CAETANO, I. F. Feminismo Brasileiro: Uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. In EMERJ: 2017.
- FEDERICI, S. Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. Editora Elefante: 2004.
- HENNING, C.E. Interseccionalidade e pensamento Feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. In *Dossiê -Desigualdades e Interseccionalidades*: 2015.
- HIRATA, H. e Kergoat, D. As Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132: 2007.
- LOURO, G. L. Pensar a sexualidade na contemporaneidade In: *Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009.*
- PEREZ, O. e RICOLDI, A. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos In *Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: 2018.
- RIBEIRO, D. Feminismo Negro para um novo marco civilizatório: Uma perspectiva brasileira. *Revista SUR*, V. 13, N. 24, 2016.
- SAFFIOTI, H. O poder do macho. Editora Moderna: 1987.
- \_\_\_\_\_. Gênero, Patriarcado e Violência. *Expressão Popular*: 2015.
- SANTOS, D.B.C. e ARAÚJO, D.C. Sexualidades e gêneros: questões introdutórias In: *Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009. – 216 p.*

Fonte: Programa de Gênero da disciplina Gênero, Raça e Etnia do curso de Serviço Social da UNIRIO. Quadro elaborado pela autora, 2020.

### 3.4 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi criada no ano de 2015, tendo sua primeira turma iniciando seu período letivo em 2015.2; atualmente, em 2020, o curso continua lotado no Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria.

Criado por último no Rio de Janeiro e sendo o único público na Baixada Fluminense, seus idealizadores utilizaram como base as últimas propostas de Curso de Serviço Social aprovados pelo MEC (Serviço Social da UNIRIO, 2009, Serviço Social da UFAL, 2007 e UFVJM, 2007), buscando incorporar em seus conteúdos de ensino, pesquisa e extensão uma discussão mais completa acerca dos seguintes temas:

[...] sustentabilidade socioambiental, a inclusão social de minorias étnicas, grupos populares, movimentos sociais urbanos e rurais, as *diferenças de gênero* e de geração, direitos humanos, questões essas que marcam o cenário social, político e econômico da Baixada Fluminense e da Costa Verde do Rio de Janeiro, diante das propostas de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, especificamente, e do Brasil, em geral. (Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, UFRRJ. 2018. P. 5-6., grifo nosso)

Ministrado no turno vespertino, tendo duração mínima de 8 e máxima de 12 períodos, o curso possui como parâmetro os três núcleos de fundamentação definidos pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, sendo eles: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Atualmente a UFRRJ possui duas disciplinas que abordam diretamente a questão de gênero, sendo uma obrigatória e outra optativa, conforme demonstra o quadro abaixo.

**Quadro 10 - vinculação, ementário e nome da disciplina de gênero no curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	OBRIGATORIA/ OPTATIVA	NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO	EMENTA
UFRRJ	Relações de Gênero e Questão Social (60h)	Obrigatória	Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social	As relações de gênero enquanto construções sociais. Os movimentos de gênero e a cidadania. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero. As políticas sociais e a questão de gênero. Identidade profissional, gênero e Serviço Social.
	Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social (60h)	Optativa		Trabalho e as Relações de Gênero. Mundo do trabalho e as opressões no cenário contemporâneo. <u>Interseccionalidade</u> e as relações de gênero, raça/etnia e classe social.

Fonte: PPC do curso de Serviço Social da UFRRJ. Quadro elaborado pela autora, 2020.

A disciplina obrigatória “*Relações de Gênero e Questão Social*” é ministrada no segundo período do curso e está presente no Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social

A disciplina “Relações de Gênero e Questão Social” possui como objetivo geral “Qualificar para a compreensão das relações de gênero na sociedade brasileira contemporânea e sua relevância nas expressões da “questão social” ” (Programa analítico da Disciplina, Curso de Serviço Social) e como objetivo específico “Construir um histórico da discussão das relações de gênero, perpassando pelas mudanças na sociedade e pela atuação do profissional de Serviço Social.”. (Programa analítico da Disciplina, Curso de Serviço Social)

Dentre as bibliografias utilizadas podemos mencionar: Hirata, Scott, Saffioti, etc, recorrentemente utilizadas para o estudo da temática sobre gênero no âmbito do Serviço Social, conforme demonstra no quadro abaixo.

**Quadro 11 - Bibliografia utilizada na disciplina “Relações de Gênero e Questão social”.**

<p><b>BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BOURDIEU, Pierre. <b>A dominação masculina</b>. 4. ed. -. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 158 p.</li> <li>• CABEDA, Sonia L. et al. <b>Gênero e cultura: questões contemporâneas</b>. RS: EDIPUCRS, 2004.</li> <li>• DA MATTA, Roberto. <b>A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil</b>. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.</li> <li>• IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. <b>Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica</b>. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</li> <li>• SAFFIOTTI, H. I. <b>Gênero, patriarcado, violência</b>. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 95-139.</li> </ul> <p><b>COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ALMEIDA, S.S. <b>Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado</b>. Rio de Janeiro, Revinter, 1998.</li> <li>• ARAÚJO, Clara (ORG). <b>Gênero, família e trabalho no Brasil</b>. Rio de Janeiro: FGV, 2005.</li> <li>• GRASSI, E. <b>La mujer y la profesión de asistente social</b>. Buenos Aires: Humanitas, 1989.</li> <li>• KERGOAT, D.. “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”. <i>In</i>: Lopes, M. J. M., Meyer, D. E., Waldow, V. R. (orgs.). <b>Gênero e saúde</b>. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.</li> <li>• HIRATA, H. A classe operária tem dois sexos. <b>Estudos Feministas N°01</b>. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994p. 93-100.</li> <li>• LAURETIS, T. “Tecnologia do gênero”. <i>In</i>: Hollanda, H. B. (org.). <b>Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura</b>. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.</li> <li>• TORRES, Iraídes C. <b>As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder</b>. São Paulo: Cortez, 2002.</li> </ul> <p><b>PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E OUTROS (opcional)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CISNE, M. <b>Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão</b>. Dissertação (mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.</li> <li>• DEBERT, Guita Grin. Masculinidade, feminilidade e a reprodução das desigualdades. <b>Cad. Pagu</b>, Campinas, n. 30, junho de 2008. Disponível a partir &lt;<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-83332008000100021&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-83332008000100021&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>&gt;. Acesso em 19 de janeiro de 2015. <a href="http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000100021">http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000100021</a>.</li> <li>• SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. <i>In</i>: <b>Revista Educação e Realidade</b>. Porto Alegre, 16 (2), jul./dez. 1990.</li> </ul>
---

Fonte: Programa analítico da disciplina Relações de Gênero e Questão Social do curso de Serviço Social da UFRRJ. Quadro elaborado pela autora, 2020.

A disciplina optativa chama-se “*Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social*” e tem como objetivo geral:

A partir do materialismo histórico-dialético será abordada a perpetuação das opressões e explorações que permeiam as relações de gênero, raça/etnia e classe social no cenário contemporâneo. Além disso, buscaremos abordar tais categorias como estruturantes do modo de produção capitalista a partir da perspectiva da interseccionalidade. (Programa analítico da disciplina “Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social, Curso de Serviço Social)

No que tange a bibliografia utilizada atende ao ementário trazendo diferentes autores para consolidar o debate da interface entre o marxismo, gênero e raça, como: Davis, D’atri, Passos, etc. conforme demonstra o quadro abaixo.

### Quadro 12 - Bibliografia utilizada na disciplina “Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social”.

<p>Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. <b>Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais</b>. São Paulo: Boitempo, 2016.</li> <li>• DAVIS, Angela. <b>Mulheres, raça e classe</b>. São Paulo: Boitempo, 2016.</li> <li>• PASSOS, Rachel Gouveia. Trabalho, Cuidado e Sociabilidade: contribuições marxianas para o debate contemporâneo. <b>Revista Serviço Social e Sociedade</b> 126, São Paulo: Cortez, 2016.</li> <li>• PASSOS, Rachel Gouveia. <b>Políticas Públicas, Gênero e Violência: contribuições para o Serviço Social</b>. Campinas: Papel Social, 2015.</li> <li>• TOLEDO, Cecília. <b>Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide</b>. 2 ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, Série Marxismo e Opressão, 2005.</li> </ul> <p>Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ASSUNÇÃO, Diana (Org.). <b>A precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP</b>. 2 ed. São Paulo: Edições Iskra, 2013.</li> <li>• BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, Raça e Classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. <b>Revista Mediações –Dossiê Desigualdades e Interseccionalidades</b>, Londrina, v. 20, nº2, p. 27-55, jul./dez., 2015.</li> <li>• BORGES, Rosane. Feminismos negros e marxismo: quem deve a quem? <b>Revista Margem Esquerda –Dossiê Marxismo e Questão Racial</b>, nº 27, 2º semestre, 2016.</li> <li>• CISNE, Mirla. <b>Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social</b>. São Paulo: Outras Expressões, 2012.</li> <li>• _____. <b>Feminismo e consciência de classe no Brasil</b>. São Paulo: Cortez, 2014.</li> <li>• D'ATRI, Andrea; ASSUNÇÃO, Diana. <b>Feminismo e Marxismo</b>. São Paulo: Edições Iskra, 2017.</li> <li>• ENGELS, Friedrich. <b>A origem da família, da propriedade privada e do Estado</b>. Tradução Ciro Mioranza. 2ª edição, São Paulo: Escala, [s.d.].</li> <li>• HIRATA, Helena. Gênero, Classe e Raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. <b>Revista Tempo Social, USP</b>, São Paulo, v. 26, nº 1, 2014.</li> <li>• MARX, Karl. <b>Sobre o Suicídio</b>. São Paulo: Boitempo, 2006.</li> <li>• NASCIMENTO, Abdias. <b>O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado</b>. 1ª edição, São Paulo: Perspectivas, 2016.</li> <li>• NOGUEIRA, Conceição. <b>Interseccionalidade e psicologia feminista</b>. Salvador: Devires Editora, 2017.</li> <li>• SAFFIOTI, Heleieth. <b>A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade</b>. Petrópolis: Vozes, 1976.</li> <li>• SOUZA, Neusa Santos. <b>Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro no Brasil em ascensão social</b>. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.</li> </ul>
--

Fonte: Programa analítico da disciplina Marxismo e Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social do curso de Serviço Social da UFRRJ. Quadro elaborado pela autora, 2020.

Em sua grade, a UFRRJ possui, ao todo, sete (7) disciplinas que abordam a temática gênero em algum momento de seu desenvolvimento. Das sete (7) disciplinas, quatro (4) são obrigatórias e três (3) optativas.

As disciplinas obrigatórias são: Classes Sociais e Movimentos Sociais, Antropologia Social, Trabalho e Sociabilidade, Família e Sociedade. Já as disciplinas optativas são: Sociedade e Envelhecimento, Sociedade e Infância e Saúde do Trabalhador.

### 3.5 REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DO GÊNERO NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

Ao analisarmos os Projetos Pedagógicos dos cursos escolhidos para estudo identificamos que todos seguem as Diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

No que tange essas diretrizes, as mesmas dividem a formação em três eixos, a saber: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Na *UFRJ*, segundo o PPC do Curso de Serviço Social (2008) a disciplina de gênero está ligada à área de “fundamentos da formação social brasileira”, a *UFF* possui sua disciplina obrigatória relacionada ao “Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social”, na *UNIRIO* as disciplinas de gênero estão relacionadas à área de “Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade brasileira”, e na *UFRRJ*, as disciplinas estão vinculadas ao “Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social”

As disciplinas são encontradas em duas áreas de fundamentos.

Na área dos Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, demanda uma leitura de que ser homem ou mulher parte tanto da construção social, quanto a construção cultural e requer uma análise das relações de poder.

Segundo Moser (1989) “sexo se refere às categorias inatas do ponto de vista biológico, ou seja, algo relacionado com feminino e masculino”; Santana & Benevento (2013, p. 1) afirmam que gênero são “relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais”.

Já na área dos Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade brasileira, é necessário que haja um olhar diferenciado para ligação existente entre o patriarcado com o capitalismo, bem como sua exploração sob as classes sociais, dominação de raça/etnia, gênero e o quanto isso contribuiu para a formação da sociedade brasileira.

Faz-se necessário destacar que os três eixos estão interligados e que não há um grau de hierarquia entre eles, uma vez que todos possuem sua devida importância no processo de formação profissional.

Nas universidades aqui expostas, todas possuem ao menos uma disciplina de gênero, o que torna-se extremamente necessário destacar o quanto essa vinculação é primordial, tendo em vista que o Serviço Social atua diretamente nas expressões da questão social, e entre estas se encontra as relações de gênero que estão, de fato, presentes em inúmeras esferas sociais; e, com isso, se tornam objeto de trabalho do Serviço Social, principalmente nas políticas públicas que possuem um público predominantemente feminino.

Coadunamos com o pensamento de Souza e Moura (2013, p. 01) sobre a importância de disciplinas sobre gênero ter centralidade no processo formativo dos discentes do Serviço Social, pois:

[..] percebe-se que as relações de gênero estão presentes nos diversos âmbitos sociais, configurando-se como demanda para a profissão. Nessa perspectiva, são indispensáveis estudos e debates sobre gênero no processo de formação do serviço social, como forma de compreender as suas relações de dominação, desigualdade e exploração e seus rebatimentos na realidade social, econômica e política, proporcionando ao discente a aproximação com a temática, de maneira a destacar a sua importância e evidência, que possui nas demandas postas a profissão.

A partir da presente pesquisa foi possível identificar que embora existam disciplinas que versem sobre gênero, a maioria delas é ministrada de forma optativa, ou seja, o discente escolhe se irá cursá-la ou não, o que inviabiliza seu acesso a todos os alunos, comprometendo a centralidade do debate na formação profissional. Para que todos os alunos fossem contemplados com a oportunidade de ter a vivência do assunto, seria necessário tornar obrigatórias todas as disciplinas com essa temática.

As discussões no âmbito do Serviço Social estão sempre focalizadas na questão social como o objeto de trabalho dos profissionais, e, com isso, o debate prioritário gira em torno das classes sócias, deixando a desejar no que tange as outras discussões da questão social como raça/etnia, gênero e sexualidade.

Concordando com Lima (2014)

[...] falta-nos estudar de forma mais aprofundada as demais dimensões constitutivas da questão social, a saber, gênero, raça/ etnia e sexualidade. Tais discussões não podem continuar a ser eletivas para os profissionais, como se isso não interferisse na qualidade do trabalho profissional. (LIMA, 2014, p. 58)

Outra ressalva é a vinculação da discussão de gênero à questão social, sendo inclusive, nome de disciplinas, como, por exemplo: “Relações de Gênero e Questão Social”, ofertada na UFF e na UFRRJ; já na UFRJ destaco a disciplina “Questão de Gênero no Brasil”, cada disciplina possui seu objetivo, porém todas fazem alusão à

relevância da discussão das questões de gênero ao enfrentamento das expressões da questão social. A UFF possui como pré-requisito para uma disciplina sobre gênero, a disciplina obrigatória “Questão Social no Brasil”.

A UNIRIO prioriza iniciar o debate a partir das relações patriarcais de gênero, problematizando a existência das mesmas. E a disciplina “Marxismo e as relações de gênero, raça/etnia e classe social” da UFRRJ, aborda a partir do modo de produção capitalista, como se dá a perpetuação das opressões e explorações das relações de gênero, raça/etnia e classe social.

A partir da pesquisa foi possível identificar que na UFRJ a disciplina de gênero só é ofertada a partir do sexto período, quando já aconteceu o estágio supervisionado 1. Na UNIRIO as optativas são ofertadas a partir do quarto período. Na UFRRJ, a disciplina é ofertada segundo período. Na UFF a disciplina de gênero é ofertada no quinto período, concomitante com a disciplina de Estágio Supervisionado 1.

Acredito que as disciplinas nessa temática deveriam ser ofertadas no período em que os discentes iniciam a experiência do estágio supervisionado. O estágio é fundamental para a formação dos alunos e a partir do ingresso no campo de estágio iniciamos a disciplina de Estágio Supervisionado 1, o que nos proporciona realizar a mediação teoria-prática; ter a vivência de uma disciplina de gênero ao mesmo tempo em que estamos inseridos nos espaços sócio-ocupacionais ajudaria a fazer uma leitura da realidade do usuário não somente pelo viés econômico e social, como também compreender e ter um olhar a partir da perspectiva de gênero.

Refletir sobre a aproximação do Serviço Social com as questões de gênero, fez com que fosse possível identificar, no que nos remete a prática profissional, possibilidades de mudança que nos levaria a refletir a partir de um olhar crítico e criativo a realidade social, além de buscar implementar novas formas de intervenção no Serviço Social.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho iniciou da discussão de gênero a partir da inserção da mulher nesta sociedade. O resgate histórico feito aqui mostra o complexo caminho que as mulheres percorreram ao longo dos séculos, através da violência, silenciamento, opressão, exploração, indiferença e submissão.

O patriarcado violou e violentou seus corpos, seu intelecto e ainda hoje atinge a população feminina.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 ter reconhecido igualdade entre homens e mulheres, isso não foi de fato concretizado. É notório que a mulher na sociedade brasileira tem, ao longo da história, lutado para conquistar seu espaço, esta luta trouxe diversas conquistas, como: direito a voto, a lei do divórcio, direito de estudar, de praticar esportes, conquistar um espaço no mercado de trabalho, direitos trabalhistas, entre outras.

O Serviço Social a partir da década de 90 construiu um projeto de profissão pautado dentre outros princípios, no processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Cardoso (2013) afirma que o último Código de Ética do (a) Assistente Social (1993) busca por meio deste princípio o reconhecimento da igualdade entre os homens e mulheres, e, oportunizar o respeito às diferenças étnicas, de gênero e orientação sexual, por meio da eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação.

O Serviço Social adotou alguns valores, também conhecidos como os princípios fundamentais e entre eles destaco o oitavo que discorre sobre: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2011, p. 24).

Além disso, visando ratificar seu compromisso com o debate sobre gênero realizou a revisão gráfica do código de ética profissional de modo a respeitar a identidade de gênero, além de instituir o nome social nas cédulas de identidade profissional.

Sendo assim, o debate sobre gênero é defendido pelas entidades representativas da profissão, não sendo este periférico em nossa profissão.

O desenvolvimento da presente pesquisa nos permitiu realizar uma análise acerca das discussões sobre gênero realizadas nas disciplinas dos cursos de Serviço Social nas universidades federais do estado do Rio de Janeiro.

A partir de uma análise realizada pudemos concluir que todas as universidades pesquisadas possuem ao menos uma disciplina, que verse especificamente sobre gênero sendo elas optativas ou obrigatórias.

A UFRJ possui apenas uma disciplina, sendo ela obrigatória e ministrada no sexto período. Na UFF (Niterói) existem 9 disciplinas, apenas uma é obrigatória e ministrada no quinto período. A UNIRIO possui duas disciplinas e ambas são optativas, não tendo período certo para ser ofertada. A UFRRJ conta com duas disciplinas, sendo uma obrigatória, ministrada no segundo período e uma optativa.

Ter um código de ética pautado na rejeição da discriminação, na defesa intransigente dos direitos humanos e na eliminação de toda forma de preconceito abre portas e contribui para a criação de um pensamento crítico onde possamos discutir em prol dos direitos sociais universais.

Concordando com Veloso (2001) é necessário fazer a reflexão acerca da profissão sob a ótica das relações de gênero por dois motivos: o primeiro é a formação e o exercício profissional que ocorrem no seio das relações sociais que constituem e são constituídas por relações de gênero; o segundo é que o serviço social, historicamente, é reconhecido como uma profissão majoritariamente feminina, sendo o gênero um dos componentes fundamentais na construção da identidade profissional.

A partir da presente monografia percebemos que o tema gênero demorou muito tempo para começar a ser debatido pelo e no Serviço Social, pois possui como um dos seus determinantes o viés conservador e catolicista que assolava a profissão no seu início, onde as assistentes sociais possuíam a missão de fazer caridade, educar e preservar a moral da sociedade a partir de suas virtudes e valores que reproduziam a visão da mulher tradicional.

Os cursos de Serviço Social deveriam ter a categoria gênero como uma das ferramentas principais de sua base curricular, uma vez que a mesma pode ser utilizada para compreender a dinâmica social e contribuir para que o estudante reflita em como a mesma poderia ser utilizada como estratégia para reprimir a desigualdade de gênero e conseguir fazer uma análise crítica das situações de violência e discriminação.

Com o presente estudo foi possível observar que cada uma das universidades aborda o tema de forma diferente e que atualmente há um tímido aumento no debate sobre gênero, porém, é notório que o mesmo não é priorizado em termos de formação profissional; Com isso, torna-se necessário destacar que essas discussões devem ser aprofundadas e perpassar o máximo de disciplinas possíveis, uma vez que o presente debate é de extrema importância para que consigamos atuar de forma completa, principalmente se formos levar em conta a conjuntura atual, como um aumento significativo de violência doméstica, feminicídio, abandono paterno, sobrecarga feminina referente às múltiplas jornadas de trabalho, etc.

Ao longo da pesquisa alguns percalços foram encontrados em consequência da falta de determinadas informações nos sites dos cursos, como por exemplo: a falta do PPC e de informações sobre as disciplinas ministradas, além da ausência de ementas de determinadas disciplinas, o que, de fato, dificultou a possibilidade de trazeremos informações fundamentais e complementares para o presente trabalho.

Mesmo que a falta de acesso à alguns dados tenham limitado nossa análise, foi possível, a partir dos documentos analisados, compreender que a discussão de gênero vem ganhando cada vez mais espaço dentro das instituições de ensino, porém observamos que a maior parte do debate é realizada por disciplinas optativas, com isso, entende-se que a presente discussão não perpassa a formação de todos os alunos, o que acaba por comprometer a sua universalidade.

Os resultados da pesquisa realizada mostram a necessidade de continuar e aumentar o compromisso com a determinada questão, pois é fácil perceber o quanto a falta desse debate pode afetar a efetivação do trabalho profissional e na coerência para com as demandas dos usuários do Serviço Social, que são em sua maioria, mulheres.

Em nível de sugestão, após compreender que a questão de gênero faz parte da vida de homens e mulheres, proponho que para além do presente estudo, as IES percebam a importância de tornar obrigatórias as disciplinas sobre gênero, que as discussões sejam realizadas em concomitância com o estágio supervisionado e que o debate se estenda para outras disciplinas ofertadas.

Com isso, torna-se necessário evidenciar que o processo de formação profissional não deve se ater somente ao espaço da universidade, portanto, é fundamental que ainda na formação inicial, os estudantes tenham acesso a formação continuada, seja por meio de cursos de capacitação, cinema, exposições, palestras;

e, com isso, permaneçam buscando sua qualificação profissional na direção do compromisso com a classe trabalhadora, levando as discussões para o público externo da universidade.

Concluindo sem concluir, estimo que este estudo possa contribuir com a temática conseguindo a compreensão da importância do debate de gênero nos cursos de graduação em Serviço Social, uma vez que é impossível separar a questão de gênero da questão social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Camila. **Feminismo não existe só um! Conheça e entenda suas vertentes.** Delas – IG. 04 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://delas.ig.com.br/comportamento/2018-08-04/tipos-de-feminismo-explicados.html>>/. Acesso em: 13 de maio de 2020.

AMORIM, K. L. S.; TRINDADE, R. L. P. **A expansão dos cursos de serviço social no brasil e a inserção de assistentes sociais egressos da graduação à distância no mercado de trabalho em alagoas.** Alagoas, 2017.

AMORIM, L. T. **Gênero: uma construção do movimento feminista?** In: II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2011, Londrina. II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2011.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no rio de Janeiro republicano.** 2 eds. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS). **O processo de formação profissional do assistente social.** Cadernos ABESS, São Paulo, Cortez, n. 1, 1986

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro, nov. 1996. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/files/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996.pdf](http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf)>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BANDEIRA, L. M. **A contribuição da crítica feminista à ciência.** *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 16, p. 207-228, 2008.

BORGES, Andreia Raquel Fernandes. **Gênero – Uma Dimensão Oculta na Prática Profissional do/a Assistente Social?.** Braga, 2009. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF%2006/Andreia%20Borges.pdf>>/. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo da Educação Superior 2017: Divulgação dos melhores resultados.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192)>. Acesso em outubro de 2020.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **Direito do trabalho da mulher: ontem e hoje.** In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, X, n. 40, abr 2007. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura%20&artigo\\_id=1765](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura%20&artigo_id=1765)>. Acesso em 22 de novembro 2019.

CARDOSO, Priscila Fernandes Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil.** Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CARLOTO, C. M.. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.** *Serviço Social em Revista*, Londrina-PR, v. 3, p. 201-214, 2002.

CARMO, J. **Mesmo com maior grau de escolaridade, mulheres ganham menos que homens.** 7 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/colunistas/noticias/mesmo-com-maior-grau-de-escolaridade-mulheres-ganham-menos-que-homens/>>. Acesso em 15 de Outubro de 2020.

COELHO, M. F.. **Feminismo, gênero e violência contra a mulher: uma análise da produção teórica.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade de Brasília.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Conselho. Federal de Assistentes Sociais (Lei nº 8662/93). Março de 1993.

CORTES, G. R.. **Memórias do Conceito Relações de Gênero 2017 (Texto).** Disponível em: <<http://www.memoriaesociedade.ibict.br/memorias-do-conceito-relacoes-de-genero/>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

Crenshaw, Kimberlé W. (1989), “**Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**”. University of Chicago Legal Forum, pp. 139 - 167.

FAURY, Mirian. **Estudando as questões de gênero em serviço social.** ProPosições. Vol. 14, n.1 (40) - jan./abr. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643910>. Acesso em: 07 de janeiro de 2020.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** in: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

IAMAMOTO, Marilda. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n 120. 2014.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Padrões de qualidade para autorização e reconhecimento de cursos de graduação em serviço social.** São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios Críticos,** 2ª edição. São Paulo. Cortez, 1994.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

Ianni, O. **A questão social.** *Revista USP*, 145-154. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **Histórias de mulheres, modernização social e conflitualidades de classe e gênero.** In: XV Encontro regional de História da Anpuh-Rio, 2012, São Gonçalo, RJ. XV Encontro regional de História da Anpuh-Rio, 2012.

LEORATO, S. **O movimento de reconceituação do serviço social brasileiro.** Revista Maiêutica, Indaial, v. 4, n. 01, p. 25-33, 2017.

LIMA, Rita de Lourdes de. **Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações\***. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014

LISBOA, T. K. **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010

\_\_\_\_\_. **Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social.** Niterói, v.13, n.1, p. 09-13, 2. sem. 2012.

LOLE, A. **Gênero e Formação Profissional em Serviço Social.** O Social em Questão - Ano XXII - nº 45 - Set a Dez/2019

MARCELINO, S. R. S. **Mulher Negra Lésbica: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio.** Tese (pós-graduação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011.

MARTINS, L. R. **Feminismo e marxismo: a análise de relação tensionada.** In: Terceiro Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013, Belo Horizonte. Terceiro Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais - expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e o Serviço Social, 2013.

MILL, Stuart. **Princípios de economia política.** v. 2. São Paulo: Victor Civita, 1983.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

REIF, Laura. **Entenda as linhas de pensamento de cada corrente do movimento feminista.** 15 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/radical-liberal-interseccional-conhecas-as-principais-vertentes-do-feminismo/>>. 13 de maio de 2020.

SANTANA, Vagner Caminhas; BENEVENTO, Claudia Toffano. **Conceito de gênero e suas representações sociais.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, n. 176, Enero de 2013. Disponível em: Acesso em: 8 de Maio 2020.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Marcia S. **Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema.** In: COSTA, Ana Alice; RODRIGUES, Alexnaldo T. e VANIN, Iole M. (Orgs.). Ensino e Gênero: perspectivas transversais. Salvador: UFBA-NEIM, 2011

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** ESTUDOS FEMINISTAS, UFSC, v. 12, n.2, p. 35-50, 2004.

Significado de Empoderar. **Dicionário do Aurélio Online**, 2019. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/empoderar>>. Acesso em: 30 de Jul. de 2019.

Significado de Femicídio. **Dicionário Online de Português**, 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/femicidio/>>. Acesso em: 30 de Jul. de 2019.

SOUSA, F. S.; MOURA, M. A. G. **Uma discussão acerca da questão de gênero e o serviço social.** In: VI Jornada internacional de Políticas Públicas (VI Joinpp), 2013,

SÃO LUIS. VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (VI Joinpp), 2013.

SOUZA, V. B. **Gênero, Marxismo e Serviço Social**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.3-3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Currículo Pleno Curso de Graduação em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Serviço Social**; Niterói, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Seropédica, 2018.

VELOSO, Renato. **No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e gênero**. *In*: Revista Praia Vermelha. Estudo de Política e Teoria Social. V. 2, nº 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.